

Priner Serviços Industriais S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Priner Serviços Industriais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Priner Serviços Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de negócios – aquisições de participações em investidas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício de 2017, a Companhia realizou a aquisição de 51% do capital da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. e 75% do capital da Smartcoat - Engenharia em Revestimento Ltda., totalizando o montante de R\$30.859 mil.

As aquisições de participações no capital das referidas investidas foram consideradas assunto significativo de auditoria, uma vez que requereu a avaliação se houve aquisição de controle ou de controle compartilhado, julgamento da Administração sobre o valor justo dos ativos e passivos no processo de combinação de negócios, identificação dos componentes incluídos no preço pago, identificação de derivativos embutidos nos contratos e conclusão sobre a existência de ágio e/ou compra vantajosa em cada transação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: (a) leitura e entendimento dos contratos de aquisição; (b) avaliação do julgamento da Administração sobre a existência de controle ou de controle compartilhado; (c) identificação dos componentes do preço final acordado entre as partes; (d) exame do laudo de atribuição do valor justo dos ativos e passivos (PPA) elaborado pela Administração e por seus especialistas externos para suportar a combinação de negócios e respectiva alocação dos ativos e passivos a valor justo; (e) avaliação do valor justo dos derivativos incluídos nos respectivos preços acordados; (f) revisão dos valores apurados como ágio e compra vantajosa, respectivamente, em cada aquisição; e (g) verificação do conteúdo da divulgação realizado pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, concluímos que as aquisições das participações em investidas ocorridas ao longo de 2017 foram adequadamente registradas, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ativo imobilizado - existência física de equipamentos de locação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía no consolidado equipamentos para locação e uso operacional registrados no ativo imobilizado pelo valor líquido de depreciação de R\$66.169 mil. Conforme detalhado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses ativos correspondem a andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de jateamento e habitáculos pressurizados, os quais são mantidos nas instalações de terceiros por meio de locação.

Devido às peculiaridades das operações e à relevância dos valores envolvidos, consideramos que a existência e o controle físico dos itens do ativo imobilizado são assuntos significativos para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao controle físico do imobilizado; (b) conciliação do controle patrimonial com os registros contábeis; (c) acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo imobilizado; (d) testes, com base em seleção por amostragem, sobre a existência dos bens de ativo imobilizado, por meio da análise dos contratos firmados e do confronto das evidências de locação em andamento como reconhecimento de receitas; e (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, concluímos pela adequação do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita - mensuração e registro das receitas de prestação de serviços e locação

Conforme detalhado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta receitas líquidas de R\$187.761 mil e R\$236.502 mil, respectivamente, controladora e consolidado, as quais são provenientes de prestação de serviços, locação de equipamentos, vendas de produtos e indenização e recuperação.

O processo de reconhecimento das receitas de locação e prestação de serviços é complexo por ser feito com base na medição dos serviços que foram incorridos até aquela data. Os boletins de medição devem estar suportados pelos contratos firmados e requerem o uso de estimativas por parte dos responsáveis por sua elaboração. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em conta a relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados à receita; (b) avaliação do critério de reconhecimento e mensuração das receitas de locação e prestação de serviços; (c) testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto dos boletins de medição com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto; e (d) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, concluímos que o processamento, o registro e o reconhecimento das receitas de locação e prestação de serviços realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia"), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O longo período de retração do PIB industrial brasileiro levou a aumento da concorrência por novos serviços e oportunidades para locação de equipamentos. Neste cenário danoso para as margens e rentabilidade das empresas prestadoras de serviços industriais e locadoras de equipamentos, priorizamos o aumento em nosso volume de atividades, via crescimento orgânico e aquisições. Encerramos o ano com backlog consolidado da Priner Serviços e Priner Locação de R\$ 157 milhões, dos quais R\$ 115 milhões para 2018 e backlog da Smartcoat de R\$ 122 milhões, dos quais R\$ 115 milhões para 2018.

As margens da Smartcoat no segundo semestre, período pós aquisição, foram negativamente impactadas pela renovação de serviços em andamento (início de alguns contratos e encerramento de outros) e por dificuldades operacionais em quatro clientes - Techint e EBR (ambos *onshore*) e OOG e ELFE (ambos *offshore*) - as quais foram solucionadas ao final de 2017, seja pela reestruturação das equipes ou pelo encerramento dos contratos.

Conforme expectativa mencionada no relatório da administração do terceiro trimestre de 2017, as margens da Priner Serviços e Priner Locação apresentaram recuperação no último trimestre de 2017, após terem atingido o ponto mais baixo no terceiro trimestre. Em função das margens previstas nos contratos inclusos em nosso *backlog*, existe expectativa para nova recuperação de margens em 2018, comparativamente a 2017.

Em 2017 quitamos a última parcela referente a aquisição da Priner (R\$ 23,9 milhões), pagamos sinal referente a aquisição de 75% da Smartcoat (R\$ 15 milhões) e 51% da R&R (R\$ 2,2 milhões) e realizamos investimentos para modernização dos equipamentos da Priner Rental, Smartcoat e R&R, além de implantação de novo ERP (Totvs RM), totalizando R\$ 10,1 milhões. Em função desses pagamentos e da redução em nossa geração de caixa, fruto da redução de margens e incremento do capital de giro, encerramos o ano com baixo nível de disponibilidades (R\$ 2,5 milhões no consolidado e R\$ 0,4 milhão na Priner SI, nossa controladora). A fim de recompor nossas reservas financeiras, reduziremos os investimentos em 2018, negociaremos alongamento dos financiamentos bancários e será realizado aporte de capital no primeiro semestre de 2018, em montante ainda a ser definido.

Em 02 de outubro nosso pedido de registro para negociação na categoria "A" foi deferido pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em 10 de novembro a B3 deferiu nosso pedido para listagem e admissão a negociação de ações no Bovespa Mais, sob código PRNR3. Ao final de

2017, elaboramos planejamento de programa de *Compliance*, a ser implementado no primeiro semestre de 2018.

Relação com Auditores Independentes

A Deloitte Touch Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionadas ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Em atendimento a instrução CVM 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, serviços não relacionados à auditoria externa.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece o apoio e a confiança que recebeu tem recebido continuamente dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e entidades com as quais se relaciona e espera continuar merecendo a mesma confiança no futuro.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA
PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.**

Servimo-nos do presente para, em atenção ao disposto no Art. 25, inciso V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Priner Serviços Industriais S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Geremário Dantas, 1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP: 22.760-401, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 18.593.815/0001-97 ("Companhia"), revisamos, discutimos e concordamos com (i) as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes; e (ii) as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017.

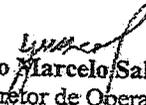
Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.



Túlio Cintra
Diretor Presidente



Marcelo Gonçalves Costa
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores



Yoshiro Marcelo Sakaki Leal
Diretor de Operações

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	258	12.018	644	12.063
Títulos e valores mobiliários	3.2	121	-	1.864	-
Contas a receber	4	43.553	56.130	67.184	56.130
Contas a receber - partes relacionadas	13 (ii)	1.524	-	1	-
Estoques		1.662	15	1.662	15
Créditos com funcionários		758	642	888	642
Tributos a recuperar	5	8.153	3.801	11.873	3.801
Dividendos a receber		4.765	-	765	-
Outros créditos a receber	4.1	-	-	2.656	-
Outros ativos circulantes		512	374	3.154	376
		<u>61.306</u>	<u>72.980</u>	<u>90.691</u>	<u>73.027</u>
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber		805	-	805	-
Outros Créditos		120	39	120	39
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	1.923	-	1.923	-
Tributos a recuperar	5	315	-	315	-
Tributos diferidos	6	12.622	5.927	12.622	5.927
Depósitos judiciais		496	258	507	258
Investimentos	7	63.840	104	1.247	64
Imobilizado	8	6.580	41.272	66.169	41.272
Intangível	9	1.473	978	8.007	978
		<u>88.174</u>	<u>48.578</u>	<u>91.715</u>	<u>48.538</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>149.480</u>	<u>121.558</u>	<u>182.406</u>	<u>121.565</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	3.913	5.106	8.092	5.113
Fornecedores - partes relacionadas	13 (ii)	5.696	-	1.840	-
Empréstimos e financiamentos	11	36.185	14.751	43.474	14.751
Salários e Encargos Sociais	12	13.388	12.771	21.510	12.771
Imposto de renda e contribuição social		-	-	847	-
Tributos a Pagar	15	2.694	3.191	3.203	3.191
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	19 (iv)	3.992	3.932	3.992	3.932
Contas a pagar por aquisição societária	17	5.904	22.558	5.904	22.558
Instrumento derivativo financeiro - Swap	25.3	336	269	336	269
Mútuo a pagar	13 (ii)	311	-	-	-
Outros Passivos		313	628	465	628
		<u>72.732</u>	<u>63.206</u>	<u>89.663</u>	<u>63.213</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	11	19.765	1.928	21.702	1.928
Contas a pagar por aquisição societária	17	4.612	-	4.612	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	4.068	-	4.068	-
Tributos diferidos	6	-	-	2.098	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	1.685	634	5.489	634
		<u>30.130</u>	<u>2.562</u>	<u>37.969</u>	<u>2.562</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19 (i)	41.867	41.861	41.867	41.861
Reserva de capital	19 (ii)	2.298	1.555	2.298	1.555
Reservas de lucros	19 (iii)	2.453	14.264	2.453	14.264
Prejuízos acumulados		-	(1.954)	-	(1.954)
Dividendos adicionais propostos	19 (iv)	-	64	-	64
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora		<u>46.618</u>	<u>55.790</u>	<u>46.618</u>	<u>55.790</u>
Participações não controladores		-	-	8.156	-
Total do Patrimônio Líquido		<u>46.618</u>	<u>55.790</u>	<u>54.774</u>	<u>55.790</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>149.480</u>	<u>121.558</u>	<u>182.406</u>	<u>121.565</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais - Exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	20	187.761	204.112	236.502	204.112
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	<u>(167.967)</u>	<u>(156.967)</u>	<u>(203.099)</u>	<u>(156.967)</u>
LUCRO BRUTO		19.794	47.145	33.403	47.145
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	21	<u>(29.536)</u>	<u>(35.358)</u>	<u>(41.116)</u>	<u>(35.519)</u>
RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMÔNIAL	7	<u>3.321</u>	<u>(201)</u>	<u>186</u>	<u>(40)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(6.421)</u>	<u>11.586</u>	<u>(7.527)</u>	<u>11.586</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22(a)	1.771	4.318	2.383	4.318
Despesas financeiras	22(b)	<u>(7.902)</u>	<u>(7.503)</u>	<u>(8.518)</u>	<u>(7.503)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(12.552)</u>	<u>8.401</u>	<u>(13.662)</u>	<u>8.401</u>
Correntes	14		<u>(2.813)</u>	<u>(947)</u>	<u>(2.812)</u>
Diferidos	14	<u>6.695</u>	<u>681</u>	<u>7.221</u>	<u>680</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>(5.857)</u></u>	<u><u>6.269</u></u>	<u><u>(7.388)</u></u>	<u><u>6.269</u></u>
RESULTADO ATRIBUÍVEL A:					
Proprietários da Controladora		<u>(5.857)</u>	<u>6.269</u>	<u>(5.857)</u>	<u>6.269</u>
Participações não controladoras		-	-	<u>(1.531)</u>	-
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR - R\$					
Básico	23(a)	<u>(62,50)</u>	<u>67,35</u>		
Diluído	23(b)	-	<u>64,17</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
LUCRO (PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	(5.857)	6.269	(7.388)	6.269
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>(5.857)</u>	<u>6.269</u>	<u>(7.388)</u>	<u>6.269</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Proprietários da Controladora	(5.857)	6.269	(5.857)	6.269
Participações não controladoras	-	-	(1.531)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRIMER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado						
	Reserva de Capital		Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados do Exercício	Total atribuído aos controladores
	Capital Social	Reserva de Capital	Legal	Estatutária			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	41.854	590	754	9.287	-	-	52.485
7		965					
Integralização de Capital						7	7
Prêmio de opções de ações						965	965
Lucro líquido do exercício					6.269	6.269	6.269
Destinações:							
Constituição de reservas sobre o lucro líquido			411	3.812	(4.223)	-	-
Juros sobre Capital Próprio propostos para pagamento no exercício seguinte					(3.936)	3.936	(3.936)
Dividendos Adicionais propostos para pagamento no exercício seguinte					64	(64)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	41.861	1.555	1.165	13.099	64	(1.954)	55.790
6		743					
Integralização de Capital						6	6
Prêmio de opções de ações						743	743
Juros sobre Capital Próprio propostos para pagamento no exercício seguinte				(4.000)		(4.000)	(4.000)
Dividendos propostos pagos					(64)	(64)	-
Prejuízo do exercício					(5.857)	(5.857)	(7.388)
Absorção do prejuízo				(7.811)	7.811	-	-
Participações não controladoras oriundas da aquisição da Smartcoat						-	9.687
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	41.867	2.298	1.165	1.288	-	46.618	54.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes dos impostos		(12.552)	8.401	(13.662)	8.401
Ajustes:					
Depreciação e amortização	21	2.287	9.991	12.204	9.991
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	8	(503)	(5.983)	(561)	(5.983)
Equivalência patrimonial	7	(3.322)	201	(186)	40
Juros, variação monetária sobre empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária		8.116	6.395	8.224	6.395
Ganho por compra vantajosa	7.4	(2.391)	-	(2.391)	-
Provisão para riscos	18	1.051	199	688	199
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	4	1.015	1.845	1.356	1.845
Despesas com plano de opções de compra de ações reconhecida no exercício	19	743	965	743	965
Baixa de investimento em controlada em conjunto - SCP		36	-	36	-
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber		10.757	(18.940)	6.606	(18.940)
Contas a receber - partes relacionadas		(1.524)	-	(1)	-
Estoques		(1.647)	305	(1.647)	305
Tributos a recuperar		(4.667)	214	(6.118)	214
Outros ativos		(574)	(558)	(1.277)	(558)
Fornecedores		(1.658)	(61)	(1.988)	(56)
Fornecedores - partes relacionadas		5.696	-	1.840	-
Salários e encargos sociais		617	2.789	(868)	2.789
IR e CS passivo		-	(2.630)	2.623	(2.630)
Tributos a pagar		(497)	(131)	(2.329)	(131)
Contas a pagar - partes relacionadas		311	-	-	-
Outros passivos		(315)	172	(354)	172
Impostos pagos		-	(183)	(2.723)	(183)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		979	2.991	215	2.835
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(121)	-	(1.864)	-
Aumento de capital em investida		(300)	(244)	-	(43)
Aquisição de controlada em conjunto (R&R)		(2.200)	-	(2.200)	-
Aquisição de controlada (Smartcoat) - Principal (consolidado líquido do caixa adquirido)		(15.000)	-	(13.318)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível		(1.747)	(4.535)	(7.715)	(4.535)
Caixa recebido na venda de imobilizado		567	9.618	962	9.618
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(18.801)	4.839	(24.135)	5.040
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aporte de capital					
Juros de capital próprio e dividendos pagos		6	7	6	7
Amortização do contas a pagar da aquisição da Priner Serviços - principal		(3.996)	(2.962)	(3.996)	(2.962)
Amortização do contas a pagar da aquisição da Priner Serviços - juros		(15.647)	(15.647)	(15.647)	(15.647)
Amortização do contas a pagar da aquisição da Smartcoat - principal		(8.230)	(5.537)	(8.230)	(5.537)
Amortização do contas a pagar da aquisição da Smartcoat - juros		(750)	-	(750)	-
Amortização de empréstimos - principal		(14)	-	(14)	-
Amortização de empréstimos - principal		(19.275)	(16.898)	(22.011)	(16.898)
Captação de empréstimos		58.340	22.360	67.788	22.360
Juros pagos		(3.425)	(1.321)	(3.698)	(1.321)
Amortização de swap		(947)	391	(947)	391
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		6.062	(19.607)	12.501	(19.607)
AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(11.760)	(11.777)	(11.419)	(11.732)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		12.018	23.795	12.063	23.795
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		258	12.018	644	12.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas:				
Venda de mercadorias, produtos, serviços e locação	209.279	233.780	260.732	233.780
Cancelamentos e descontos	(391)	(3.374)	(408)	(3.374)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Constituição	(1.015)	(1.853)	(1.356)	(1.853)
	<u>207.873</u>	<u>228.553</u>	<u>258.968</u>	<u>228.553</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.486)	(2.122)	(2.366)	(2.122)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.159)	(37.742)	(51.517)	(37.889)
Baixa de ativos	(64)	(3.580)	(367)	(3.580)
	<u>(50.709)</u>	<u>(42.444)</u>	<u>(54.249)</u>	<u>(43.591)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	157.164	185.109	204.718	184.962
Depreciação, amortização e exaustão	(2.288)	(9.991)	(12.204)	(9.991)
	<u>154.876</u>	<u>175.118</u>	<u>192.514</u>	<u>174.971</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:				
Resultado de equivalência patrimonial	3.321	200	186	40
Receitas financeiras	1.771	3.459	2.383	3.460
Outras receitas	1.878	160	2.456	160
	<u>7.970</u>	<u>3.819</u>	<u>4.925</u>	<u>3.660</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	161.846	178.537	197.539	178.551
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	126.514	116.168	154.910	116.168
Benefícios	94.144	86.829	115.598	86.829
FGTS	25.663	23.148	30.462	23.148
	6.707	6.191	8.850	6.191
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	30.898	44.961	37.289	44.961
Federais	21.403	35.124	26.952	35.124
Estaduais	1.215	574	1.221	574
Municipais	8.280	9.263	9.116	9.263
REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL DE TERCEIROS	4.434	17.408	5.340	17.422
Juros, variações monetárias passivas e variações cambiais	6.279	5.577	6.836	5.577
Aluguéis	4.011	5.562	5.891	5.576
Remuneração do capital próprio	-	3.936	-	3.936
Dividendos	-	64	-	64
Lucro (prejuízo) retidos do exercício	(5.856)	2.269	(7.387)	2.269
	<u>161.846</u>	<u>178.537</u>	<u>197.539</u>	<u>178.551</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Priner Serviços Industriais S.A. ("Priner" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de julho de 2013, está sediada na Avenida Geremário Dantas, 1400 loja 249 a 267, Freguesia, na cidade e estado do Rio de Janeiro - Brasil e atua basicamente no mercado de manutenção e montagem industrial de grandes plantas industriais. A Companhia fornece equipamentos e mão-de-obra para montagem de estruturas que viabilizam o acesso de pessoal e materiais em processos de manutenção preventiva, corretiva e de montagem de equipamentos e tubulações e também presta serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície, isolamento térmico e instalação de habitáculos pressurizados, os quais permitem realização de serviços de soldagem sem interrupção das atividades industriais dos clientes.

Em 09 de janeiro de 2017 ocorreu a transferência das atividades de locação para a subsidiária Priner Locação, formalizada através de ata da assembleia extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 34.056. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia integralizou este montante de R\$ 34.056 e na mesma data, aumentou o capital em R\$ 300 com subscrição de novas ações que foram integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 24 de janeiro de 2017 foi concretizada aquisição de 51% de participação na empresa R&R Indústria, Comercio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R"), por R\$2.200, através da aquisição de 25.500 quotas do total de 50.000 quotas. A empresa adquirida foi constituída em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contra fogo. O valor de aquisição foi pago em quatro parcelas, sendo as três primeiras de R\$500 e a última de R\$700. Os valores em questão foram pagos em 24 de janeiro de 2017, 24 de fevereiro de 2017, 24 de março de 2017 e 24 de abril de 2017. A Companhia adquiriu controle conjunto da investida R&R e, portanto, a Companhia reconhece essa investida pelo método da equivalência patrimonial nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. A nota explicativa nº 7.3 detalha as informações dessa aquisição.

Em 28 de julho de 2017 foi concretizada a aquisição de 75% do capital da Smartcoat - Engenharia em Revestimento Ltda. ("Smartcoat"), empresa com atuação no mercado de tratamento de superfícies e pintura industrial *offshore*. O preço de aquisição foi de R\$26.010, dos quais R\$15.000 foram pagos à vista, e o saldo remanescente de R\$11.010 a ser pago durante o período de três anos a contar da data da aquisição, corrigido por indexador composto de 95% do CDI. Na data da aquisição, o valor presente do preço de aquisição era R\$25.947, que após dedução do valor justo das opções adquiridas na referida transação, refletia o valor de R\$26.670, este definido como contraprestação transferida e a transferir. A transação incluiu a aquisição de uma opção de compra e uma opção de venda, referente aos 25% de participação remanescente do capital da investida, detida nesta data pelos acionistas não controladores. O preço de exercício das referidas opções foi definido em quatro vezes o valor do EBITDA apurado nos doze meses anteriores ao exercício desses instrumentos financeiros, considerando ajuste do preço pela posição financeira líquida na data. A Companhia adquiriu controle da investida Smartcoat e, portanto, a Companhia reconhece essa investida pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras dessa controlada são consolidadas linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A nota explicativa nº 7.4 detalha as informações dessa combinação de negócios.

As operações estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração da Companhia, através de Ata de Reunião de Diretoria realizada em 7 de janeiro de 2016, contendo as seguintes unidades de negócio: Prestação de Serviços e Locação. A descrição de cada divisão está mencionada na nota 24.

Declaração e análise de continuidade operacional

Em 2017 quitamos a última parcela referente a aquisição da Priner (R\$ 23,9 milhões), pagamos sinal referente a aquisição de 75% da Smartcoat (R\$ 15 milhões) e 51% da R&R (R\$ 2,2 milhões) e realizamos investimentos para modernização dos equipamentos da Priner Rental, Smartcoat e R&R, além de implantação de novo ERP (Totvs RM), totalizando R\$ 10,1 milhões. Em função desses pagamentos e da redução em nossa geração de caixa, fruto da redução de margens e incremento do capital de giro, encerramos o ano com baixo nível de disponibilidades: R\$ 2,5 milhões em 2017 vs R\$ R\$ 12,1 milhões em 2016 no consolidado e R\$ 0,4 milhão em 2017 vs R\$ 12,1 milhões em 2016 na Priner SI, nossa controladora. Conseqüentemente, encerramos o ano com baixo nível de capital circulante no consolidado (+ R\$ 1,2 milhões em 2017 vs + R\$ 9,8 milhões em 2016) e com capital circulante líquido negativo na Priner SI (- R\$ 11,1 milhões em 2017 vs + R\$ 9,8 milhões em 2016). Planejamos reversão dessa situação ao longo de 2018, em função da melhoria de resultados prevista em nosso orçamento, além das seguintes ações a serem implementadas: redução de investimentos, negociação de alongamento dos financiamentos bancários e aporte de capital a ser realizado no primeiro semestre de 2018, em montante ainda a ser definido.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 29 de março de 2018.

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Conforme mencionado, a atualização das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas também incluiu os efeitos das divulgações necessários para refletir os eventos subsequentes ocorridos desde a data de sua primeira aprovação.

A Administração atesta que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

b) Base de mensuração

As informações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 25) e dos valores justos alocados nas combinações de negócio ocorridas (nota explicativa nº 7).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Resultado por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos operacionais são serviços e locação.

As divulgações aplicáveis aos segmentos reportáveis, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

e) Demonstrações de valores adicionados (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira, aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

f) Base de consolidação

(i) Investimento em controladas e controlada em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto. Nas demonstrações financeiras consolidadas as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais a Companhia tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida.

2.2. Principais práticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A nota explicativa nº25 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um 89 menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável (perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD).

A provisão é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros - "TEJ", deduzindo a perda do valor recuperável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de risco de crédito, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A metodologia adotada é a de considerar na provisão para crédito de liquidação duvidosa 50% dos créditos vencidos acima de 60 dias e 100% para os vencidos acima de 120 dias. Os créditos dos clientes preferenciais, assim definidos pela área comercial, são provisionados apenas se estiverem vencidos acima de 180 dias.

A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PECLD.

A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas não ensejará a contabilização de PECLD. Caso o cliente deixe de honrar a 2ª parcela necessária da confissão de dívida, todo o valor a receber será lançado em PCLD.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Benefício Fiscal da mais valia do ativo imobilizado

A Companhia foi constituída em 12/07/2013, pelas sócias Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e Albuquerque Participações S.A. Em 30/11/2013 a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. vendeu a totalidade das quotas que detinha no capital da Companhia para a sócia Albuquerque Participações, a qual passou a ser controladora da Companhia. Em momento subsequente, em 02/12/2013, a Companhia promoveu a incorporação da Albuquerque, ou seja, da sua controladora (incorporação reversa).

O ágio, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial, foi registrado na Albuquerque no grupo de conta de Ativo Circulante Investimento. No momento da incorporação não havia ainda o laudo para alocação do ágio.

Somente após a incorporação, meados de 2014, é que foi emitido o laudo, fundamentado em três justificativas: (i) mais valia de ativo, (ii) intangíveis e (iii) deságio por compra vantajosa, tendo sido realizado na incorporadora, com base neste laudo, os ajustes de alocação do ágio, conforme quadro abaixo.

Alocação do ágio - conforme Laudo	Constituição	Benefício (ônus) Fiscal
Intangível	943	Não se aplica
Carteira de Clientes	763	
Direito de uso de Marca	169	
Acordo de não competição (uso por 1 ano)	11	
Imobilizado - bens tangíveis		
Mais valia do imobilizado	10.583	3.598
Total	11.526	3.598
(-) Deságio na incorporação Albuquerque	8.341	
Compra Vantajosa	3.185	(1.083)

Para fins fiscais, àquela época era permitida a dedução fiscal do ágio nas operações de incorporação entre a investidora e a investida. O benefício fiscal de R\$ 3.598 dos 34% do IRPJ e CSLL da mais valia do imobilizado foi registrado pela Companhia em conta de ativo não circulante diferido e controlado no livro fiscal (LALUR).

A Companhia tem aproveitado o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado. Abaixo composição desse aproveitamento em 2017 e 2016 e o saldo a aproveitar em 31/12/2017.

Do montante do aproveitamento em 2017 de R\$5.139 (R\$1.747 de IR/CS Diferidos), R\$4.934 (R\$1.678 de IR/CS Diferidos) corresponde ao montante do aproveitamento sobre os bens de equipamentos de locação que foram transferidos para a Priner Locação, tendo em vista a transferência das atividades de locação para a subsidiária Priner Locação.

BENEFICIO FISCAL MAIS VALIA DO ATIVO IMOBILIZADO	2017		2016	
	Amortização	IR e CS Diferidos	Amortização	IR e CS Diferidos
Saldo anterior a amortizar	7.253	2.466	8.363	2.843
Amortização	(5.139)	(1.747)	(1.110)	(377)
Saldo a amortizar	2.114	719	7.253	2.466

O ônus fiscal de R\$1.083 dos 34% do IRPJ e CSLL referente ao deságio por compra vantajosa foi registrado pela Companhia em conta de passivo não circulante diferido e controlado no livro fiscal (LALUR) e está sendo reconhecido na razão mensal de 1/60 avos.

Abaixo a composição desse ônus fiscal em 2017 e 2016 e o saldo a amortizar:

ÔNUS FISCAL POR COMPRA VANTAJOSA	2017		2016	
	Amortização	IR e CS Diferidos	Amortização	IR e CS Diferidos
Saldo anterior a amortizar	(1.274)	(433)	(1.911)	(650)
Amortização	637	217	637	217
Saldo a amortizar	(637)	(216)	(1.274)	(433)

(vi) Investimentos em controlada em conjunto

Os direitos e obrigações detidos pela Companhia na sociedade controlada em conjunto, conforme detalhado na Nota Explicativa 7 foram avaliados pela Administração da Companhia à luz dos requerimentos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, resultando na classificação do mesmo como um empreendimento controlado em conjunto.

Um empreendimento controlado em conjunto é um acordo através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle.

Os resultados e os ativos e passivos da sociedade controlada em conjunto são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da sociedade controlada em conjunto.

As exigências do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia na sociedade controlada em conjunto. Quando necessário, o valor contábil total da SCP é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável, fará parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

(vii) Imobilizado de uso próprio e locação e uso operacional

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de jateamento e habitáculos pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em máquinas e equipamentos, em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2017 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(viii) Intangível - Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo intangível no exercício de 2017 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(ix) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(x) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (Nota Explicativa nº 16).

O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula:

(Lucro operacional após o imposto de renda) - (capital empregado x custo médio ponderado de capital)

(xiii) Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 16.

(xiv) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xv) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

(xvi) Distribuição de dividendos e juros de capital próprio

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

(xvii) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços, é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação, correspondente a locação de bens móveis, é reconhecida pró-rata *temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, serviços e indenizações.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do exercício até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xviii) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3. Normas e interpretações novas e revisadas

2.3.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017.

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada.

CPC 48/IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia iniciou os estudos para acompanhar o histórico da carteira de clientes e os efeitos no balanço patrimonial, todavia, ainda não foram finalizados até a data desta divulgação. Os efeitos para adoção inicial deste pronunciamento, quando concluídos, serão reconhecidos no balanço de abertura de 2018.

CPC 47/IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers (receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de

janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está em processo de análise e elaboração do diagnóstico, com o intuito de mensurar os efeitos da implementação do CPC 47 sobre a receita de contratos com clientes. Os efeitos para adoção inicial deste pronunciamento, quando concluídos, serão reconhecidos no balanço de abertura de 2018.

IFRS 16 – Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais. A nova norma vai substituir as normas de arrendamento existente, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – Operações de Arrendamento Mercantil de o ICPC 03 (IFRIC 4 SIC 15 e SIX 27) – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia ainda não iniciou os estudos relativos à implantação do IFRS 16, mas esperar iniciar no 2º trimestre de 2018 e concluir no 4º trimestre de 2018, de modo a estar totalmente preparada para a implantação definitiva da nova norma a partir de 01 de janeiro de 2019.

O Comitê de pronunciamento Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil correspondentes ao IFRS 16. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outras alterações

Não se espera que as normas alteradas a seguir tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações na CPC 03 / IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa - As alterações fazem parte da iniciativa de melhoria de divulgações do IASB e estão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.
- Alterações na CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas com instrumentos de dívida mensurados ao justo e estão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.
- Alterações na CPC 10 / IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações - As alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018.
- Alterações na CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 – Investimentos em Coligadas (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu

empendimento controlado em conjunto.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

3.1. Caixa e Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e contas correntes	91	666	90	666
Equivalentes de caixa	167	11.352	554	11.397
	<u>258</u>	<u>12.018</u>	<u>644</u>	<u>12.063</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os equivalentes de caixa referem-se às seguintes aplicações:

Instituição	Aplicação	Rentabilidade	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Banco Bradesco	Automática	10% CDI	-	339	28	339
Banco Caixa Geral	CDB	90% CDI	-	2.352	-	2.352
Banco Santander	Compromissada	98% CDI	-	224	224	224
Banco Itaú	Compromissada	100% CDI	-	60	-	60
Banco Itaú	Automática	20% a 100% CDI	167	37	291	82
Banco Safra	Compromissada	101% CDI	-	8.338	-	8.338
Banco Safra	Automática	5% a 100% CDI	-	2	11	2
			<u>167</u>	<u>11.352</u>	<u>554</u>	<u>11.397</u>

3.2. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fundo de Investimento	121	-	1.864	-
	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>1.864</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos e valores mobiliários referem-se aos seguintes títulos:

Instituição	Aplicação	Rentabilidade	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Banco Itaú	Fundo	100% CDI	121	-	1.864	-
			<u>121</u>	<u>-</u>	<u>1.864</u>	<u>-</u>

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	38.287	51.817	57.817	51.817
Vencidos de 1 a 60 dias	7.694	6.859	11.195	6.859
Vencidos de 61 a 120 dias	420	428	1.017	428
Vencidos acima de 120 dias	7.805	5.859	18.093	5.859
	<u>54.206</u>	<u>64.963</u>	<u>88.122</u>	<u>64.963</u>
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	<u>(9.848)</u>	<u>(8.833)</u>	<u>(20.133)</u>	<u>(8.833)</u>
Total	<u>44.358</u>	<u>56.130</u>	<u>67.989</u>	<u>56.130</u>
Circulante	43.553	56.130	67.184	56.130
Não circulante	805	-	805	-

As movimentações na perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(8.833)	(6.988)	(8.833)	(6.988)
Adições por aquisição de controlada	-	-	(9.944)	-
Constituição de PECLD	(2.377)	(6.099)	(2.372)	(6.099)
Reversão de PECLD	1.362	4.254	1.016	4.254
Saldo final do exercício	<u>(9.848)</u>	<u>(8.833)</u>	<u>(20.133)</u>	<u>(8.833)</u>

A Companhia apresenta saldo de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer - cliente em Recup. Judicial	1.203	2.960	1.203	2.960
Vencido (01 a 60 dias) - Recup. Judicial	420	-	420	-
Vencidos de 61 a 120 dias	420	196	543	196
Vencidos acima de 120 dias	7.805	5.677	17.967	5.677
	<u>9.848</u>	<u>8.833</u>	<u>20.133</u>	<u>8.833</u>

4.1. Outros créditos a receber

Valor de outros créditos a receber pela investida Smartcoat, no valor de R\$2.656, referente ao adiantamento de distribuição de lucros do exercício corrente feito aos acionistas não controladores.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
INSS a compensar (a)	588	419	588	419
IRPJ e CSLL a compensar (b)	6.899	2.980	10.572	2.980
PIS e COFINS a compensar (c)	-	113	-	113
ICMS a compensar (d)	440	149	443	149
ISS a recuperar (e)	226	128	226	128

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros	-	12	44	12
Total Circulante	<u>8.153</u>	<u>3.801</u>	<u>11.873</u>	<u>3.801</u>
PIS e COFINS a compensar (c)	152	-	152	-
ICMS a compensar (d)	151	-	151	-
Outros	12	-	12	-
Total Não Circulante	<u>315</u>	<u>-</u>	<u>315</u>	<u>-</u>

- a) A Companhia está no regime da CPRB (contribuição previdenciária sobre a receita bruta) em razão do enquadramento da sua atividade principal no CNAE, onde o percentual de retenção da contribuição previdenciária, de responsabilidade da empresa contratante, foi reduzido de 11% para 3,5%. O saldo de 588 em 31 de dezembro de 2017 (R\$419 em 31 de dezembro de 2016), representa o INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária indevidamente com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%. Esses valores estão sendo recuperados mediante compensação de contribuição da mesma natureza devida pela folha de pagamento - GFIP e devida com base na receita bruta-DARF.
- b) Refere-se à IRRF e CSLL retidos na fonte durante o exercício, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL, apurados em exercícios anteriores.
- c) Referem-se a PIS e COFINS apurado a maior no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e que serão compensados pela Companhia durante as apurações futuras de PIS e COFINS.
- d) Refere-se ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda. A expectativa é a compensação em exercícios futuros quando da realização de novas saídas tributárias.
- e) São montantes relativos ao ISS retido a maior por alguns clientes oriundos da atividade da Companhia e que são passíveis de restituição. A expectativa é que o pedido de restituição seja realizado no decorrer do exercício de 2018.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

Abaixo demonstramos o valor do IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo diferido sobre adições temporárias (a)	4.805	3.894	8.380	3.894
Ativo diferido sobre prejuízo fiscal (a)	8.128	-	8.128	-
Ativo diferido sobre o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado (b)	719	2.466	719	2.466
Subtotal (natureza ativa)	<u>13.652</u>	<u>6.360</u>	<u>17.227</u>	<u>6.360</u>
Passivo diferido sobre o resultado da compra vantajosa (c)	(1.030)	(433)	(1.030)	(433)
Passivo diferido sobre a mais valia da alocação a valor justo de controlada adquirida (d)	-	-	(5.673)	-
Subtotal (natureza passiva)	<u>(1.030)</u>	<u>(433)</u>	<u>(6.703)</u>	<u>(433)</u>
Impostos diferidos ativos líquidos	<u>12.622</u>	<u>5.927</u>	<u>10.524</u>	<u>5.927</u>
Impostos diferidos classificados no ativo	12.622	5.927	12.622	5.927
Impostos diferidos classificados no passivo	-	-	(2.098)	-
Impostos diferidos ativos líquidos	12.622	5.927	10.524	5.927

- a) Refere-se impostos diferidos referentes às provisões constituídas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, representando adições temporárias na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social e o reconhecimento em relação aos prejuízos fiscais. Vide nota explicativa nº 14. Os fundamentos e as expectativas para a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para a realização</u>
Prejuízo fiscal	Pelos lucros tributários futuros
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos.
Swap	Pela liquidação do empréstimo
Plano de opção de ações	Pelo exercício das opções
Provisão para riscos trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisões de custos e despesas	Pelo pagamento destes gastos

- b) O benefício fiscal da mais valia do imobilizado está sendo realizado de acordo com a taxa de vida útil de cada bem, conforme laudo produzido por avaliador independente, sendo que o terreno somente seria realizado quando da sua alienação. Entretanto, em janeiro de 2017, a Companhia aproveitou o benefício fiscal da mais valia dos ativos de forma integral, no montante de R\$1.678, em decorrência dos bens da Companhia que foram transferidos para a controlada Priner Locação de Equipamentos S.A. Para o saldo remanescente, a Companhia aproveitou no exercício de 2017 o montante de R\$69.
- c) Imposto diferido decorrente do ganho com compra vantajosa na aquisição da Priner SI e Smartcoat, nos valores de R\$813 e R\$216, respectivamente.
- d) Imposto diferido decorrente da alocação de mais valia dos ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos na aquisição da Smartcoat, conforme detalhes da combinação de negócios na nota explicativa nº 7.4. A realização desse saldo será com base na realização da mais valia alocada na combinação de negócios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	85	100
2023	301	554
2024	530	542
2025	773	784
2026	1.029	1.029
2027 a 2029	4.649	7.933
2030 a 2032	6.285	6.285
	<u>13.652</u>	<u>17.227</u>

7. INVESTIMENTOS

Seguem investimentos avaliados a equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
---------------------	--------------------

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Priner Locação	38.125	40	-	-
Smartcoat	24.468	-	-	-
R&R	380	-	380	-
Mills SI - SCP	-	64	-	64
Ágio de rentabilidade futura (*)	867	-	867	-
	<u>63.840</u>	<u>104</u>	<u>1.247</u>	<u>64</u>

(*) Ágio reconhecido no momento da aquisição de participação na investida R&R.

Informações sobre as controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) estão apresentadas abaixo (saldos apresentados consideram saldos integrais das investidas):

Controladora

Controladas e controladas em conjunto	Participação	Número total de ações	Número de ações adquiridas	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) do exercício (*)	
				2017	2016	2017	2016
Priner Locação	99,99%	34.556.579	34.556.578	38.125	40	7.729	(161)
Smartcoat (**)	75%	26.700.000	20.025.000	32.624	-	(6.125)	-
R&R (**)	51%	50.000	25.500	746	-	421	-
Mills SI - SCP	50%	-	-	-	128	(57)	(80)
				<u>71.495</u>	<u>168</u>	<u>1.968</u>	<u>(241)</u>

Consolidado

Controladas e controladas em conjunto	Participação	Número total de ações	Número de ações adquiridas	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) do exercício (*)	
				2017	2016	2017	2016
R&R (**)	51%	50.000	25.500	746	-	421	-
Mills SI - SCP	50%	-	-	-	128	(57)	(80)
				<u>746</u>	<u>128</u>	<u>364</u>	<u>(80)</u>

(*) Para as investidas adquiridas considera o resultado após data da aquisição.

(**) Patrimônio líquido e lucro (prejuízo) do exercício ajustados.

Outras informações:

	Controladora				Consolidado			
	Capital social integralizado		Total do Ativo		Capital social integralizado		Total do Ativo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Priner Locação	34.557	-	45.861	48	-	-	-	-
Smartcoat	26.700	-	47.690	-	-	-	-	-
R&R	50	-	3.213	-	50	-	3.213	-
Mills SI - SCP	-	238	-	128	-	238	-	128

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Priner Locação	Smartcoat	R&R	Mills SI - SCP	Total
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	61	61
Aporte de capital	-	-	-	43	43
Aquisição de investimento	201	-	-	-	201
Equivalência patrimonial	(161)	-	-	(40)	(201)
Em 31 de dezembro de 2016	40	-	-	64	104
Aporte de capital	34.356	-	-	-	34.356
Aquisição de investimento	-	29.061	931	-	29.992
Dividendos distribuídos	(4.000)	-	(765)	-	(4.765)
Baixa do investimento	-	-	-	(36)	(36)
Equivalência patrimonial	7.729	(4.593)	214	(28)	3.322
Em 31 de dezembro de 2017	<u>38.125</u>	<u>24.468</u>	<u>380</u>	<u>-</u>	<u>62.973</u>

Abaixo os saldos integrais patrimoniais de 31 de dezembro de 2017 e 2016 e os resultados acumulados nos exercícios de 2017 e de 2016 das controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (considera ajustes de mais valia da aquisição, quando aplicável):

R&R Ind. E Com.			
Balanco levantado em 31 de dezembro de 2017			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalente caixa	595	Empréstimos e financiamentos	421
Outros créditos	48	Fornecedores	171
Estoque	633	Salários e encargos sociais	105
Impostos a recuperar	<u>101</u>	Dividendos a pagar	1.500
	1.377	Tributos a pagar	<u>270</u>
NÃO CIRCULANTE			2.467
Imobilizado	498	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>746</u>
Intangível	<u>1.338</u>		
	<u>1.836</u>		
TOTAL DO ATIVO	<u>3.213</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.213</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (*)	2017
Receita líquida de vendas	4.048
Custos das vendas	(1.727)
LUCRO BRUTO	2.321
Despesas gerais e administrativas	(1.760)
Equivalência Patrimonial	-
Resultado financeiro líquido	15
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	576
Imposto de renda e contribuição social	(155)
LUCRO DO EXERCÍCIO	421

(*) Considera resultado a partir da data de aquisição de participação.

Mills SI SCP					
Balanco levantado em 04 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2016					
	2017	2016		2017	2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente caixa	5	5			
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71	128
Tributos diferidos	-	57			
Imobilizado	66	66			
TOTAL DO ATIVO	71	128	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71	128

Mills SI SCP		
Demonstração do Resultado em 04 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2016		
	2017	2016
Despesas gerais e administrativas	-	(121)
Resultado financeiro líquido	-	-
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL	-	(121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57	41
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(57)	(80)

7.1. Mills SI/Muehlhan - SCP

Em 23 de outubro de 2014 foi firmado, através de um instrumento definido como Memorando de Entendimento ("MOU") uma parceria entre a Companhia e a Muehlhan, uma sociedade constituída e existente sob as leis da Alemanha, com sede em Hamburgo, com atividades na prestação de serviços como revestimento, jateamento, proteção contra incêndio, instalação de andaimes, isolamento e serviços em aço para os setores de óleo & gás, naval e industrial.

Em 1º de julho de 2015, foi celebrado um Acordo de assunção de contrato onde a MSI do Brasil - Serviços Marítimos Ltda. - MSI do Brasil, uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, assumiu todos os direitos e obrigações da Muehlhan definidos no Memorando de Entendimento.

O objetivo do "MOU" é confirmar a intenção das partes de envidar esforços comerciais aplicáveis na controlada em conjunto, que terá como objetivo a prestação de serviço no tratamento de superfícies, onde a Priner será o sócio ostensivo e a MSI do Brasil o sócio participante. A participação societária é de 50% para cada um e o capital inicial é de R\$10, sendo R\$5 para cada sócio.

O capital social da "Mills SI/Muehlhan-SCP", foi constituído pelos valores integralizados dos sócios que estão registrados na conta de patrimônio líquido dessa investida.

Os aportes de recursos para a formação de capital da "Mills SI/Muehlhan-SCP", efetuados pela Priner foram tratados como participação societária, sujeita a equivalência patrimonial conforme conceitos e definições trazidos pelo CPC 19 (R2), onde os investidores do negócio em conjunto dividem sua participação sobre ativos e passivos líquidos (patrimônio líquido), bem como o resultado gerado.

Em 04 de outubro de 2017 os sócios decidiram, por unanimidade, dissolver a Mills SI/Muehlhan - SCP. O balanço e a demonstração do resultado de 2017 está sendo apresentado com a posição em 04 de outubro de 2017 antes da dissolução da sociedade.

7.2. Priner Locação de Equipamentos S.A.

Em 18 de março de 2016, foi constituída uma nova sociedade controlada pela Companhia sob a denominação Priner Locação de Equipamentos S.A. ("controlada direta") O objetivo dessa constituição foi realizar a segregação das atividades da Companhia em duas sociedades distintas, de forma que a controlada direta explorará exclusivamente a atividade de locação de ativos.

A transferência das atividades de locação para a controlada direta ocorreu em 09 de janeiro de 2017, formalizada através de Ata da Assembleia Extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 34.056. Em 21 de fevereiro de 2017, a Companhia integralizou o montante de R\$ 34.056 através da capitalização dos valores aportados em 09 de janeiro de 2017 a título de futuro aumento de capital, objeto do laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e, em evento subsequente na mesma data, aumentou o capital em R\$ 300 com subscrição de novas ações que foram integralizadas em moeda corrente nacional. Desta forma, o capital social da controlada direta passou para R\$ 34.557, totalmente subscrito, dividido em 34.557 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

7.3. R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.

Em 24 de janeiro de 2017, foi concretizada aquisição de 51% de participação na empresa R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("controlada em conjunto") por R\$2.200, através da aquisição de 25.500 quotas do total de 50.000 quotas. A controlada em conjunto foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contra fogo. O valor acordado pela aquisição foi pago em quatro parcelas, sendo as três primeiras de R\$500 e a última de R\$700. Os valores em questão foram pagos em 24 de janeiro de 2017, 24 de fevereiro de 2017, 24 de março de 2017 e 24 de abril de 2017.

O valor pago pela participação é superior ao valor das quotas adquiridas, já contemplando os ativos e passivos a valor justo. Conseqüentemente, resultou no reconhecimento de um ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R\$867, com base no laudo de especialistas externos.

O laudo de avaliação a valor justo dos ativos e passivos (*Purchase Price Allocation - PPA*) foi elaborado por empresa independente, cumprindo com as exigências previstas no pronunciamento CPC 15 - Combinação de Negócios e CPC 19 - Negócios em Conjunto e registrado em 08 de janeiro de 2018 no 5º Ofício de Títulos e Documentos do RJ.

7.3.1. Ágio reconhecido na aquisição do investimento

Segue abaixo composição do ágio de rentabilidade futura da Companhia referente a aquisição de 51% das quotas da controlada em conjunto R&R Ind., Com. e Inst. de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.:

(+) Preço pago para a aquisição de 51% de quotas	2.200
(-) Derivativos - Opções de Compra	(563)
(+) Derivativos - Opções de Venda	161
Valor pago pelo patrimônio líquido da controlada em conjunto (51%) Contraprestação transferida	1.798
(-) PL da investida na data de aquisição	(106)
(-) Marca e contrato	(826)
(+) Ajuste a valor justo	1
Ágio de rentabilidade futura	867

A Administração realizou o teste de recuperação do ágio e concluiu não haver necessidade de provisão para sua realização.

7.3.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes a valor justo efetuados	Valor justo na data de aquisição
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalente de caixa	282	-	282
Clientes	202	-	202
Outras contas a receber	69	(47)	22
Imobilizado	135	6	141
Intangível	1	1.618	1.619
	689	1.577	2.266
<u>PASSIVOS</u>			
CIRCULANTE	(441)	-	(441)
Total dos ativos identificáveis, líquidos (51%)	127	804	931
Ágio gerado na aquisição (nota explicativa nº 7.3.1)			867
Total da contraprestação transferida			<u>1.798</u>

7.3.3. Instrumentos financeiros derivativos embutidos (*call e put*)

A Companhia celebrou o acordo de quotistas entre a Priner Serviços Industriais S.A. e a R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. na data de 24 de janeiro de 2017. Neste acordo, as partes firmaram opções de compra e de venda baseadas nas seguintes premissas destacadas abaixo conforme cláusulas 9 e 10, respectivamente:

Opções de compra:

- (i) 1ª opção de compra a partir do 12º mês e o 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: percentual de quotas alvo de compra multiplicado por R\$ 12.000;
- (ii) 2ª opção de compra a partir do 25º mês e o 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto, não podendo ser superior ao montante de R\$ 12.000;
- (iii) 3ª opção de compra a partir do 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto.

Opções de venda:

- (i) 2ª opção de compra a partir do 12º mês e o 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 2 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto, não podendo ser superior ao montante de R\$ 12.000;
- (ii) 2ª opção de compra a partir do 25º mês e o 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto, não podendo ser superior ao montante de R\$ 12.000;
- (iii) 3ª opção de compra a partir do 48º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas: múltiplo de 4 vezes a média anual do EBITDA dos últimos dois exercícios, deduzido do endividamento líquido da controlada em conjunto.

As opções de compra e de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2017 nos montantes destacados abaixo:

	<u>2017</u>
Opções de Compra	1.345
Opções de Venda	(839)

O valor justo das opções de compra e de venda foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, e sua mensuração considerou exercício ao término do período de carência, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia.

Para o cálculo do valor justo, calculada a cada a três meses, foi adotada a metodologia do Black, Scholes & Merton (BSM) e as seguintes premissas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Na data aquisição</u>
1 - Taxa livre de risco	8,66%	9,02%
2. Volatilidade (índice Ibovespa como referência)	22,85%	24,03%
3. Taxa de retorno de dividendos (com base no empenho da Companhia)	4,04%	2,72%

7.4 Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.

Em 28 de julho de 2017, foi concretizada aquisição de 75% de participação na empresa Smartcoat Engenharia em Revestimentos Ltda. por R\$25.947, através da aquisição de 20.025 quotas do total de 26.700 quotas, passando a Companhia a controlar esta entidade, a partir da data da combinação de negócios.

A controlada é uma empresa especializada em serviços de preparação de superfície e pintura de plataformas marítimas e navios de petróleo e foi constituída em 02 de outubro de 2007.

Do valor acordado pela aquisição, foi pago R\$15.000 à vista e as demais parcelas tem como cronograma de pagamento conforme detalhado a seguir:

<u>Forma de pagamento</u>	<u>Valor</u>	<u>Detalhes</u>
12 Parcelas mensais 1º ano	R\$ 150	Dia 27 dos meses de agosto/17 à julho/18
1 Parcela Anual	R\$ 4.450	Dia 28 de agosto de 2018
24 Parcelas mensais	R\$ 57	Dia 27 dos meses de agosto/18 à julho/20
2 Parcelas anuais	R\$ 1.694	Dias 28 de agosto de 2019 e 2020

Todas as parcelas em questão são corrigidas mensalmente por indexador composto por 95% do CDI, contados entre a data do fechamento e a data do pagamento. Até 31 de dezembro foram pagos o montante de R\$15.764.

O valor pago pela participação é inferior ao valor da empresa, já contemplando os ativos e passivos a valor justo. Consequentemente, resultou em uma compra vantajosa, onde a Companhia reconheceu nos seus resultados, uma receita no valor de R\$2.391, com base em laudos de especialistas externos contratados pela Companhia.

O laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos (*Purchase Price Allocation* - PPA) foi elaborado por empresa independente, cumprindo com as exigências previstas no pronunciamento CPC 15 - Combinação de Negócios e registrado em 08 de janeiro de 2018 no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

7.4.1 Compra Vantajosa na aquisição do investimento

Segue abaixo composição da compra vantajosa da Companhia referente a aquisição de 75% das quotas da controlada Smartcoat Engenharia em Revestimentos Ltda.:

(+) Preço pago para a aquisição de 75% de quotas	25.947
(-) Derivativos - Opções de Compra	(891)
(+) Derivativos - Opções de Venda	1.614
Total do valor pago menos opções de compra e venda (contraprestação transferida e a transferir)	<u>26.670</u>
Percentual adquirido	75%
Valor implícito (100%)	(35.561)
Patrimônio líquido a valor contábil (100%)	27.091
Valor a ser alocado (100%)	(8.470)
Mais valia intangíveis	7.067
Mais valia imobilizado	14.815
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(4.219)
IR/CS diferidos	<u>(6.005)</u>
Subtotal (100%)	3.188
Percentual adquirido	<u>75%</u>
Compra vantajosa na aquisição da investida	2.391
Valor pago à vista	15.000
Valor de principal amortizado entre a data de aquisição e 31/12/2017	750
Valor a pagar (prestações futuras a valor presente)	10.197
Opção de compra	(891)
Opção de venda	<u>1.614</u>
Contraprestação transferida e a transferir	26.670
Mais: participação de não controladores	9.687
Menos: valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(38.748)</u>
Compra vantajosa	<u>(2.391)</u>
Contrapartidas pagas em caixa	15.750
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquirido	(1.682)
Saída de caixa para aquisição de controlada	<u>14.068</u>

7.4.2. Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes a valor justo efetuados	Valor justo na data de aquisição
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalente de caixa	1.682	-	1.682
Clientes	19.821	-	19.821
Tributos a recuperar	2.269	-	2.269
Créditos a receber - partes relacionadas	2.656	-	2.656
Outros ativos	2.077	-	2.077
Tributos diferidos	3.381	-	3.381
Imobilizado	12.827	14.815	27.642
Intangível	59	7.067	7.126
	<u>44.772</u>	<u>21.882</u>	<u>66.654</u>

	<u>Valor contábil na data da aquisição</u>	<u>Ajustes a valor justo efetuados</u>	<u>Valor justo na data de aquisição</u>
<u>PASSIVOS</u>			
Fornecedores	(2.920)	-	(2.920)
Obrigações trabalhistas	(2.134)	-	(2.134)
Obrigações tributárias	(2.341)	-	(2.341)
Empréstimos e financiamentos	(2.626)	-	(2.626)
Outros passivos	(188)	-	(188)
Provisões trabalhistas	(7.473)	-	(7.473)
Provisão para riscos	-	(4.219)	(4.219)
Tributos diferidos	-	(6.005)	(6.005)
	<u>(17.682)</u>	<u>(10.224)</u>	<u>(27.906)</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos (100%)	27.090	11.658	38.748
Percentual adquirido	<u>75%</u>	<u>75%</u>	<u>75%</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos (75%)	20.318	8.743	29.061
Compra vantajosa reconhecida			<u>(2.391)</u>
Total da contraprestação transferida			<u>26.670</u>

7.4.3. Instrumentos financeiros derivativos embutidos (*call e put*)

Como parte da transação da combinação de negócios, as partes firmaram opções de compra e de venda baseadas nas seguintes premissas destacadas abaixo:

Opções de compra:

- (i) 1ª opção de compra a partir do 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas, ou a qualquer momento antes do prazo mencionado em caso de Evento de liquidez da Priner, mediante pagamento do preço de compra correspondente a 4 (quarto) vezes o valor do EBITIDA apurado nos 12 meses calendário anteriores a data de envio da Notificação de Opção de Compra (ou da notificação de preço, se enviada), subtraído o Endividamento Líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos Sócios originais.
- (ii) Caso a opção de compra seja exercida em caso de um Evento de Liquidez da Priner que inclua a Injeção de Capital Primário ou alienação de no mínimo 75% das ações de emissão da Priner, o preço de opção de compra será pago à vista.

Nessa hipótese o preço será pago da seguinte forma:

- 34% do valor do preço da opção de compra à vista no exercício;
- 33% do valor de opção de compra após 12 meses, corrigido pelo CDI;
- 33% do valor de opção de compra após 24 meses, corrigido pelo CDI.

Opções de venda:

- (i) 1ª opção de venda partir do 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas, ou a qualquer momento antes do prazo mencionado caso os sócios originais manifestem voto contrário a aprovação de um Evento de diluição e, mesmo assim, a maioria dos acionistas da companhia manifestar voto favorável, o evento de Diluição será aprovado pela Assembleia Geral. Neste caso os Sócios Originais poderão exercer a sua opção de venda em até 30 dias da data da Assembleia Geral que aprovar a deliberação, mediante pagamento do preço de compra correspondente a 4 (quatro) vezes o valor do EBITDA apurado nos 12 meses calendário anteriores a data de envio da Notificação de Opção de Venda (ou da notificação de preço, se enviada), subtraído o Endividamento Líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos Sócios originais.
- (ii) Caso a opção de venda seja exercida em caso de um Evento de Liquidez da Priner que inclua a Injeção de Capital Primário ou alienação de no mínimo 75% das ações de emissão da Priner, o preço de opção de venda será pago à vista.

Nessa hipótese o preço será pago da seguinte forma:

- 34% do valor do preço da opção de compra à vista no exercício;
- 33% do valor de opção de compra após 12 meses, corrigido pelo CDI;
- 33% do valor de opção de compra após 24 meses, corrigido pelo CDI.

	<u>Opção de compra e opção de venda</u>
Vigência	29/07/2037
Carência	29/07/2019
Preço de exercício	4*EBITDA - dívida líquida
Pagamento	34% no exercício; 33% após 12 meses e 33% após 24 meses

As opções de compra e de venda estão apresentadas aos seus valores justos em 31 de dezembro de 2017 conforme detalhado a seguir:

	<u>2017</u>
Opções de Compra	578
Opções de Venda	(3.229)

O valor justo das opções de compra e de venda foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, e sua mensuração considerou exercício ao término do período de carência, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia.

Para o cálculo do valor justo, calculado a cada três meses, foi adotada a metodologia do Black, Scholes & Merton (BSM) e as seguintes premissas:

	31/12/2017	Na data aquisição
1. Taxa livre de risco	8,66%	9,02%
2. Volatilidade (índice Ibovespa como referência)	22,85%	24,03%
3. Taxa de retorno de dividendos (com base no empenho da Companhia)	4,04%	2,72%

8. IMOBILIZADO

Demonstramos abaixo as movimentações da controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Custo	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 2016	Aquisição	Baixa/ Alienação	Transferência entre contas	Transferência de ativos para Priner Locação	Saldo em 2017
Equip. de locação e uso operacional		81.417	1.583	(19)	350	(75.925)	7.406
A imobilizar		744	(693)	-	-	-	51
Benfeitorias		2.975	138	-	-	-	3.113
Computadores		3.417	116	(28)	-	(42)	3.463
Terrenos		121	-	-	-	(61)	60
Veículos		926	153	-	-	-	1.079
Instalações		249	-	-	-	-	249
Máquinas e Equipamentos		130	11	-	-	(21)	120
Ferramentas e gabaritos		168	-	(112)	-	(56)	-
Moveis e utensílios		1.455	114	(1)	(350)	(58)	1.160
Prédios		821	-	-	-	-	821
Subtotal do custo		<u>92.423</u>	<u>1.422</u>	<u>(160)</u>	<u>-</u>	<u>(76.163)</u>	<u>17.522</u>
Depreciação							
Equip. de locação e uso operacional	10	(45.215)	(587)	17	(251)	42.301	(4.005)
Benfeitorias	(*)	(1.992)	(631)	-	-	-	(2.623)
Computadores	20	(2.068)	(473)	14	-	36	(2.491)
Veículos	20	(667)	(67)	-	-	-	(734)
Instalações	10	(145)	(25)	-	-	-	(170)
Máquinas e Equipamentos	10	(57)	(23)	-	-	5	(75)
Ferramentas e gabaritos	10	(55)	(22)	63	-	14	-
Moveis e utensílios	10	(631)	(140)	1	251	21	(498)
Prédios	4	(321)	(25)	-	-	-	(346)
Subtotal depreciação		<u>(51.151)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>95</u>	<u>-</u>	<u>42.107</u>	<u>(10.942)</u>

(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a taxa média anualizada foi de 21%.

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 2015	Aquisição	Baixa/ Alienação	Transferência entre contas	Saldo em 2016
Custo						
Operacional						
Equip. de locação e uso operacional		91.041	1803	(11.495)	68	81.417
A immobilizar		8	736	-	-	744
Benfeitorias		2.947	217	(208)	19	2.975
Computadores		2.994	421	(1)	3	3.417
Terrenos		121	-	-	-	121
Veículos		910	16	-	-	926
Instalações		235	14	-	-	249
Máquinas e equipamentos		145	51	-	(66)	130
Ferramentas e gabaritos		168	-	-	-	168
Moveis e utensílios		1.303	155	-	(3)	1.455
Prédios		842	-	-	(21)	821
Subtotal do custo		<u>100.714</u>	<u>3.413</u>	<u>(11.704)</u>	<u>-</u>	<u>92.423</u>
Depreciação						
Operacional						
Equip. de locação e uso operacional	10	(44.665)	(8.455)	7.912	(7)	(45.215)
Benfeitorias	(*)	(1.567)	(618)	193	-	(1.992)
Computadores	20	(1.644)	(424)	-	-	(2.068)
Veículos	20	(567)	(101)	1	-	(667)
Instalações	10	(122)	(23)	-	-	(145)
Máquinas e equipamentos	10	(37)	(27)	-	7	(57)
Ferramentas e gabaritos	10	(22)	(33)	-	-	(55)
Moveis e utensílios	10	(501)	(130)	-	-	(631)
Prédios	4	(296)	(25)	-	-	(321)
Subtotal depreciação		<u>(49.421)</u>	<u>(9.836)</u>	<u>8.106</u>	<u>-</u>	<u>(51.151)</u>

(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a taxa média anualizada foi de 20%.

<u>Imobilizado Líquido</u>	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Saldo em 2016</u>
Operacional		
Equip. de locação e uso operacional	3.401	36.202
A immobilizar	51	744
Benfeitorias	490	983
Computadores	972	1.349
Terrenos	60	121
Veículos	345	259
Instalações	79	104
Máquinas e equipamentos	45	73
Ferramentas e gabaritos	-	113
Moveis e utensílios	662	824
Prédios	475	500
	<u>6.580</u>	<u>41.272</u>

Demonstramos abaixo as movimentações do consolidado nos exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 2016	Aquisição	Baixa/ Alienação	Transferência entre contas	Adições por aquisição de controlada	Saldo em 2017
Custo							
Operacional							
Equip. de locação e uso operacional		81.417	8.802	(1.083)	64	-	89.200
A immobilizar		744	(443)	-	-	-	301
Bens de uso		-	-	-	-	-	-
Benfeitorias		2.975	138	-	-	-	3.113
Computadores		3.417	123	(28)	1	525	4.038
Terrenos		121	-	-	-	-	121
Veículos		926	153	-	-	598	1.677
Instalações		249	5	-	-	1.119	1.373
Máquinas e equipamentos		130	12	-	(13)	35.528	35.657
Ferramentas e gabaritos		168	65	(112)	(56)	680	745
Moveis e utensílios		1.455	118	(1)	4	625	2.201
Prédios		821	-	-	-	-	821
Subtotal do custo		<u>92.423</u>	<u>8.973</u>	<u>(1.224)</u>	<u>-</u>	<u>39.075</u>	<u>139.247</u>

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 2016	Aquisição	Baixa/ Alienação	Transferência entre contas	Adições por aquisição de controlada	Saldo em 2017
Depreciação							
Operacional							
Equip. de locação e uso operacional	10	(45.215)	(7.761)	744	(19)	-	(52.251)
Benfeitorias	(*)	(1.992)	(630)	-	-	-	(2.622)
Computadores	20	(2.068)	(542)	15	(1)	(328)	(2.924)
Veículos	20	(667)	(181)	-	-	(292)	(1.140)
Instalações	10	(145)	(69)	-	-	(259)	(473)
Máquinas e equipamentos	10	(57)	(1.877)	-	4	(10.051)	(11.981)
Ferramentas e gabaritos	10	(55)	(49)	63	16	(261)	(286)
Moveis e utensílios	10	(631)	(183)	1	-	(242)	(1.055)
Prédios	4	(321)	(25)	-	-	-	(346)
Subtotal depreciação		<u>(51.151)</u>	<u>(11.317)</u>	<u>823</u>	<u>-</u>	<u>(11.433)</u>	<u>(73.078)</u>

(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a taxa média anualizada foi de 21%.

<u>Imobilizado líquido</u>	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Saldo em 2016</u>
Equip. de Locação e uso operacional	60.625	36.275
A imobilizar	301	744
Benfeitores	491	983
Computadores	1.114	1.349
Terrenos	121	121
Veículos	537	259
Instalações	900	104
Ferramentas e gabaritos	459	113
Moveis e utensílios	1.146	824
Prédios	475	500
	<u>66.169</u>	<u>41.272</u>

(*) A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis, sendo que exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a taxa média anualizada foi de 20%.

Os equipamentos de locação e de uso operacional podem ser resumidos como:

- (i) Andaimos e estruturas de acesso: Tubos (Tubos Mills, Elite e Mills Lock), Pisos de alumínio, Pisos metálicos, Treliviga, Andaimos suspensos Webdeck que são plataformas de trabalho suspensa.
- (ii) Habitat (habitáculo pressurizados com detector de gases).
- (ii) Equipamentos de pintura e jateamento: Diversos equipamentos utilizados na prestação de serviço de pintura mecânica, pintura a jato, pintura hidrotrato, como lixadeiras pneumáticas e elétricas, pistolas, máquinas a jato, compressores, bombas, hidrojetadoras, lavadoras de alta pressão, tanques de pressão, medidores de películas, de temperaturas.
- (iii) Equipamentos de isolamento: Diversos equipamentos utilizados na prestação de serviço de isolamento (sistemas isolantes e acústicos) como desbobinadeiras, frisadeiras, tubos de silicato.
- (iv) Equipamentos de apoio e uso próprio da área operacional: Diversos equipamentos de apoio como os carros elétricos, guinchos de içamento e os equipamentos de uso próprio na área de distribuição como empilhadeiras, máquinas de solda, tornos, aparafusadeiras, esmerilhadeiras.

Abaixo destacamos as principais aquisições ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por agrupamento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Material tubular (tubos, pisos e seus acessórios)	-	1.413	5.218	1.413
Web Deck	-	102	1.276	102
Habitat	-	796	131	796
Equipamento de Jateamento	822	-	822	-
Outros equipamentos de locação e uso operacional	68	228	912	228
Outros (*)	533	874	614	874
	<u>1.423</u>	<u>3.413</u>	<u>8.973</u>	<u>3.413</u>

- (*) São aquisições compostas basicamente por: (i) benfeitorias em propriedades de terceiros, realizadas nas instalações da Companhia, (ii) aquisição de veículos para uso operacional, (iii) aquisição de ferramentas e gabaritos e (iv) aquisição de equipamentos de informática.

A depreciação consolidada do exercício findo em 31 de dezembro 2017, alocada ao custo de serviços prestados, é de R\$9.749 (R\$7.854 em 31 de dezembro de 2016), e refere-se a equipamentos de locação e demais bens de uso operacional. Por sua vez, a depreciação alocada às despesas gerais e administrativas é de R\$ 1.449 (R\$ 1.982 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se aos demais itens do imobilizado, os quais são classificados como depreciação dos bens de uso próprio.

Em janeiro de 2017, a Companhia transferiu para sua subsidiária Priner Locação de Equipamentos S.A. os ativos líquidos de depreciação que somavam R\$34.056 conforme tabela abaixo:

Equipamentos de locação e uso operacional	33.894
Equipamentos de locação	33.330
Máquinas, acessórios e equipamentos	564
Bens de uso	162
Computadores e periféricos	6
Terrenos	61
Ferramentas e gabaritos	42
Máquinas e equipamentos	16
Móveis e utensílios	37
Total transferido para Priner Locação	<u>34.056</u>

9. INTANGÍVEL

Demonstramos abaixo as movimentações da controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Controladora						
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 2016	Aquisição	Baixa/alienação	Transferência entre contas	Saldo em 2017
<u>Custo</u>						
Software		1.055	76	(38)	493	1.586
Em andamento		493	713	-	(493)	713
Subtotal do custo		<u>1.548</u>	<u>789</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>2.299</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Software	20	(570)	(294)	38	-	(826)
Subtotal amortização		<u>(570)</u>	<u>(294)</u>	<u>38</u>	<u>-</u>	<u>(826)</u>

Controladora						
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 2015	Aquisição	Baixa/alienação	Transferência entre contas	Saldo em 2016
<u>Custo</u>						
Software		912	143	-	-	1.055
Marcas e patentes		37	-	(37)	-	-
Em andamento		493	-	-	-	493
Subtotal do custo		<u>1.442</u>	<u>143</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>1.548</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Software	20	(414)	(156)	-	-	(570)
Subtotal amortização		<u>(414)</u>	<u>(156)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(570)</u>

Intangível líquido	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Software	760	485
Em andamento	713	493
	<u>1.473</u>	<u>978</u>

Demonstramos abaixo as movimentações da consolidada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Consolidado							
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 2016	Aquisição	Baixa/ alienação	Transferência entre contas	Adições por aquisição de controlada	Saldo em 2017
<u>Custo</u>							
Software		1.055	77	(38)	493	90	1.677
Marcas e patentes		-	-	-	-	2.468	2.468
Carteira de clientes		-	-	-	-	4.599	4.599
Em andamento		493	713	-	(493)	-	713
Subtotal do custo		<u>1.548</u>	<u>790</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>7.157</u>	<u>9.457</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Software	20	(570)	(298)	38	-	(31)	(861)
Marcas e patentes	20	-	(205)	-	-	-	(205)
Carteira de clientes	20	-	(384)	-	-	-	(384)
Subtotal amortização		<u>(570)</u>	<u>(887)</u>	<u>38</u>	<u>-</u>	<u>(31)</u>	<u>(1.450)</u>

Consolidado							
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 2015	Aquisição	Baixa/ alienação	Transferência entre contas	Adições por aquisição de controlada	Saldo em 2016
<u>Custo</u>							
Software		912	143	-	-	-	1.055
Marcas e patentes		37	-	(37)	-	-	-
Carteira de clientes		-	-	-	-	-	-
Em andamento		493	-	-	-	-	493
Subtotal do custo		<u>1.442</u>	<u>143</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.548</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Software	20	(414)	(156)	-	-	-	(570)
Marcas e patentes	20	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	20	-	-	-	-	-	-
Subtotal amortização		<u>(414)</u>	<u>(156)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(570)</u>

Intangível líquido	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Software	816	485
Marcas e patentes	2.263	-
Carteira de clientes	4.215	-
Em andamento	<u>713</u>	<u>493</u>
	<u>8.007</u>	<u>978</u>

A aquisição de R\$ 789 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 refere-se a investimentos de infraestrutura da tecnologia da informação. A carteira de clientes e marca derivada da aquisição da controlada Smartcoat possuem vidas úteis de 60 meses e critério de amortização linear.

A amortização do resultado, alocada às despesas gerais e administrativas é de R\$ 887 (R\$156 em 31 de dezembro de 2016).

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	3.913	5.106	8.092	5.113

O saldo em 31 de dezembro de 2017 da conta de fornecedores nacionais refere-se basicamente a aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPIs, de peças e ferramentas, de material elétrico, de material de escritório, dos serviços prestados, dos fretes e viagens, adquiridos no curso normal dos negócios.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A maioria dos empréstimos contratados tinha como objetivo o financiamento do capital de giro, indexados ao CDI. A parcela remanescente de empréstimos refere-se ao financiamento de ativos imobilizados, com taxas pré-fixadas de acordo com o Finame.

Instituição financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Controladora		Amortização
					2017	2016	
Banco Itaú	CDI + 3,85% aa	25/01/2016	18/04/2019	5.000	1.277	2.582	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em abril de 2016 (Principal e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
Banco Itaú	CDI + 3,85% aa	28/12/2016	18/04/2019	2.000	1.277	2.003	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em março de 2017 (Principal e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
Banco Itaú	variação cambial + 2,57% a.a. com swap para CDI + 3,50% aa	15/06/2016	15/12/2017	6.000	-	3.760	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em setembro de 2016 (Principal e Juros)
Banco Itaú	CDI + 3,95% aa	25/05/2017	16/05/2019	6.000	4.560	-	Em 08 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2017 (Principal e Juros)
Banco Itaú	variação cambial + 5,27% a.a. com swap para CDI + 3,95% aa	27/07/2017	27/01/2020	15.000	15.294	-	Em 30 parcelas - mensais - carência de 06 meses - 1º vencimento de juros em agosto de 2017 e de principal + juros em fevereiro de 2018.
Banco Santander	6% % aa Pré-fixada	08/09/2014	15/09/2019	463	203	319	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 12 meses - 1º vencimento em outubro de 2015 - (Principal e Juros)
Banco Santander	CDI + 3,78% aa	22/07/2015	23/01/2017	3.000	-	172	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2015 (Principal e Juros)
Banco Santander	13,04% aa Pré-fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	110	150	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1º vencimento em abril de 2016 - (Principal e Juros)
Banco Santander	13,04% aa Pré-fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	46	62	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1º vencimento em maio de 2016 - (Principal e Juros)
Banco Santander	CDI + 3,90% aa	25/10/2016	24/04/2018	4.000	911	3.578	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em novembro de 2016 (Principal e Juros)
Banco Santander	CDI + 4,738% aa	26/05/2017	27/05/2019	6.000	4.257	-	Em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em junho de 2017 (Principal e Juros)
Banco HSBC	CDI + 3,289% aa	05/05/2016	06/11/2017	4.060	-	2.739	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em junho de 2016 (Principal e Juros)
Bradesco	17,737106% aa Pré-fixada com swap para CDI + 3,5% a.a.	08/12/2016	04/12/2017	1.300	-	1.314	Em 12 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em janeiro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de Principal em abril de 2017.
Banco Safra	CDI + 4,50% aa	30/10/2017	25/10/2018	-	1.452	-	Em 12 parcelas - Mensais - podendo ser renovado por mais 12 - 1º vencimento em novembro de 2017.
Caixa Geral	CDI + 4,50% aa	14/12/2017	14/06/2019	5.000	5.022	-	Em 18 parcelas - Mensais - Sem carência - 1º vencimento em janeiro de 2018.
Banco ABC	CDI + 3,95% aa	08/05/2017	30/10/2018	7.000	4.850	-	Em 18 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em junho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em agosto de 2017.

Primer Serviços Industriais S.A.

Banco ABC	CDI + 3,95% aa	28/08/2017	12/08/2020	3.000	2.828	-	Em 18 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em setembro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em novembro de 2017.
Banco BBM	CDI + 4,70% aa	27/07/2017	27/06/2019	6.000	5.149	-	Em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em julho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em outubro de 2017.
Banco BBM	CDI + 4,50% aa	27/11/2017	27/11/2019	4.285	4.150	-	Em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em dezembro de 2017.
Banco HSBC Bradesco	12,2815% aa	26/12/2017	26/12/2018	4.555	4.564	-	Em 12 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em janeiro de 2018.
	Circulante				<u>55.950</u>	<u>16.679</u>	
	Não circulante				36.185	14.751	
					19.765	1.928	

Instituição financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Consolidado	
					2017	2016
						Amortização

Banco Itaú	CDI + 3,85% aa	25/01/2016	18/04/2019	5.000	1.277	2.582	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em abril de 2016 (Prical e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
Banco Itaú	CDI + 3,85% aa	28/12/2016	18/04/2019	2.000	1.277	2.003	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em março de 2017 (Prical e Juros). Renegociado para 08 parcelas trimestrais - 1º vencimento após renegociação - julho de 2017.
Banco Itaú	variação cambial + 2,57% a.a. com swap para CDI + 3,50% aa	15/06/2016	15/12/2017	6.000	-	3.760	Em 06 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em setembro de 2016 (Prical e Juros)
Banco Itaú	CDI + 3,95% aa	25/05/2017	16/05/2019	6.000	4.560	-	Em 08 parcelas - trimestrais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2017 (Prical e Juros)
Banco Itaú	variação cambial + 5,27% a.a. com swap para CDI + 3,95% aa	27/07/2017	27/01/2020	15.000	15.294	-	Em 30 parcelas - mensais - carência de 06 meses - 1º vencimento de juros em agosto de 2017 e de principal + juros em fevereiro de 2018.
Banco Santander	6% % aa Pré-fixada	08/09/2014	15/09/2019	463	203	319	Em 48 parcelas - Mensais - Carencia de 12 meses - 1º vencimento em outubro de 2015 -(Prical e Juros)
Banco Santander	CDI + 3,78% aa	22/07/2015	23/01/2017	3.000	-	172	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em agosto de 2015 (Prical e Juros)
Banco Santander	13,04% aa Pré-fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	110	150	Em 48 parcelas - Mensais - Carencia de 06 meses - 1º vencimento em abril de 2016 -(Prical e Juros)
Banco Santander	13,04% aa Pré-fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	46	62	Em 48 parcelas - Mensais - Carencia de 06 meses - 1º vencimento em maio de 2016 -(Prical e Juros)
Banco Santander	CDI + 3,90% aa	25/10/2016	24/04/2018	4.000	911	3.578	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em novembro de 2016 (Prical e Juros)
Banco Santander	CDI + 4,738% aa	26/05/2017	27/05/2019	6.000	4.257	-	Em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em junho de 2017 (Prical e Juros)
Banco Santander	CDI + 3,289% aa	05/05/2016	06/11/2017	4.060	-	2.739	Em 18 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em junho de 2016 (Prical e Juros)
Banco HSBC	17,737106% aa Pré-fixada com swap para CDI + 3,5% a.a.	08/12/2016	04/12/2017	1.300	-	1.314	Em 12 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em janeiro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em abril de 2017.
Banco Safra	CDI + 4,50% aa	30/10/2017	25/10/2018	-	1.452	-	Em 12 parcelas - Mensais - podendo ser renovado por mais 12 - 1º vencimento em novembro de 2017.
Caixa Geral	CDI + 4,50% aa	14/12/2017	14/06/2019	5.000	5.022	-	Em 18 parcelas - Mensais - Sem carência - 1º vencimento em janeiro de 2018.
Banco ABC	CDI + 3,95% aa	08/05/2017	30/10/2018	7.000	4.850	-	Em 18 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em junho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em agosto de 2017.
Banco ABC	CDI + 3,95% aa	28/08/2017	12/08/2020	3.000	2.828	-	Em 18 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em setembro de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em novembro de 2017.
Banco BBM	CDI + 4,70% aa	27/07/2017	27/06/2019	6.000	5.149	-	Em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em julho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em outubro de 2017.
Banco BBM	CDI + 4,50% aa	27/11/2017	27/11/2019	4.285	4.150	-	Em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em dezembro de 2017.

Primer Serviços Industriais S.A.

Banco HSBC	12,2815% aa	26/12/2017	26/12/2018	4.555	4.564	Em 12 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em janeiro de 2018.
Bradesco	12,5968% aa	19/10/2017	19/12/2018	2.500	2.536	Em 12 parcelas - mensais - 03 meses de carência - 1º vencimento em janeiro de 2018 (Principal e Juros).
Banco HSBC	50,90% a.a.	18/12/2017	15/01/2018	500	500	Em 1 parcela - 1º vencimento em janeiro de 2018 (Principal e Juros).
Bradesco	20,4127% aa	18/11/2016	21/05/2018	2.500	768	Em 18 parcelas - mensais - sem carência - 1º vencimento em dezembro de 2016 (Principal e Juros).
Banco Itaú	CDI + 3,95%aa	13/10/2017	17/10/2018	1.800	1.773	Em 04 parcelas - trimestrais - 1º vencimento em janeiro de 2018 (Principal e Juros).
Banco ABC	CDI + 3,95%aa	29/11/2017	19/11/2019	3.000	3.000	Em 24 parcelas - mensais - 02 meses de carência - 1º vencimento em dezembro de 2017 (Juros), Primeiro vencimento de principal em fevereiro de 2018.
Banco Santander	taxa do cheque empresarial é de 10,91. a.m.				176	Conta corrente -saldo devedor
Banco HSBC	taxa do cheque especial é de 0,87 a.m.				473	Conta corrente -saldo devedor
Bradesco						
					<u>65.176</u>	<u>16.679</u>
					43.474	14.751
					21.702	1.928

Circulante

Não circulante

- Estes contratos não apresentam cláusulas restritivas (*covenants*) relacionados a saldos ou índices financeiros.
- A Companhia tem como prática contábil alocar os juros pagos na atividade de financiamento da demonstração dos fluxos de caixa.
- A garantia de cada empréstimo por instituição financeira é demonstrada a seguir:

Instituição financeira	Garantia
Banco Itaú	100% domicílio simples de contratos
Banco Santander FINAME 1, 2 e 3	Bem financiado
Banco Santander	100% domicílio simples de contratos
Banco Bradesco (HSBC)	100% domicílio simples de contratos
Banco Safra	Não há garantia
Banco ABC	100% domicílio simples de contratos
Banco BBM	100% domicílio simples de contratos
Banco Itaú (investida Smartcoat)	Aval do Sócio
Banco Bradesco (investida Smartcoat)	Aval do Sócio

A parcela do não circulante tem os seguintes vencimentos (controladora e consolidado):

	<u>2017</u>
2019	19.681
2020	<u>1.400</u>
Total	<u><u>21.081</u></u>

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e Encargos sociais	4.075	4.050	8.958	4.050
Provisão de férias	<u>9.313</u>	<u>8.721</u>	<u>12.552</u>	<u>8.721</u>
	<u><u>13.388</u></u>	<u><u>12.771</u></u>	<u><u>21.510</u></u>	<u><u>12.771</u></u>

Do saldo em 31 de dezembro de 2017, 68% do saldo a pagar no consolidado, acima indicado, refere-se à provisão de férias (68% em 2016) e os 32% remanescentes referem-se à participação no resultado de obras, às obrigações com impostos e contribuições como o IRRF s/folha de pagamento, FGTS e INSS (32% em 2016).

13. PARTES RELACIONADAS

i) Membros da Administração

A Administração da Companhia é composta por uma diretoria executiva e um conselho de administração.

Não houve remuneração entre a Companhia e os membros do conselho de administração durante o resultado findo em 31 de dezembro de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia manteve em 31 de dezembro de 2017 contrato de prestação de serviços de consultoria, celebrado em setembro de 2015, com a empresa Rcarmelo Assessoria e Treinamento, pessoa jurídica, cujo sócio diretor é membro do conselho de administração da Companhia.

O contrato tem como vigência inicial de dois anos, podendo ser renovado. O contrato tem como objeto a prestação de serviços de consultoria na área de desenvolvimento de novos negócios, para potencial aquisição de empresas, no segmento de serviços industriais, em território nacional. O sócio diretor dessa consultoria não recebe remuneração adicional para participação do conselho de administração da Companhia. Na tabela abaixo encontra-se denominado como "terceiros".

	2017	2016
Diretoria - Remuneração	2.865	3.220
Diretoria - Benefícios	131	128
Diretoria - Encargos	163	128
Diretoria - Plano de Opção	662	872
Terceiros - Plano de Opção	-	21
Terceiros - Consultoria	341	655
Outros	-	39
Total	4.162	5.062

ii) Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 encontram-se detalhadas abaixo:

Partes relacionadas	Controladora			
	Contas a receber	Fornecedores	Outros créditos a receber	Mútuo a pagar
Priner Locação	786	3.856	738	311
R & R	-	1.840	1	-
Smartcoat	-	-	-	-
Total	786	5.696	739	311

Partes relacionadas	Consolidado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Outros créditos a receber
R & R	-	1.840	1
Total	-	1.840	1

O montante reconhecido na rubrica outros créditos a receber são relativos a reembolso de despesas e o rateio de despesas com back office e a estrutura física, conforme contrato assinado com a Priner Locação.

A seguir demonstramos os efeitos no resultado da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Partes relacionadas	Receita de vendas	Receita de serviços	Outras receitas operacionais	Custo com locação de equipamentos	Outros custos/despesas operacionais	Recuperação de despesas	Receitas(despesas) financeiras
Priner locação	2.992	-	250	(12.566)	(540)	5.418	(2)
R&R	-	34	6	-	(806)	-	-
Smartcoat	-	-	-	-	-	-	19
	2.992	34	256	(12.566)	(1.346)	5.418	17

A seguir demonstramos os efeitos no resultado do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Receita de serviços</u>	<u>Outras receitas operacionais</u>	<u>Outros custos operacionais</u>
R&R	34	6	(806)
	<u>34</u>	<u>6</u>	<u>(806)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.552)	8.401
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	4.268	(2.857)
Adições/exclusões permanentes	(62)	(620)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.129	(68)
Juros sobre capital próprio	1.360	1.338
Diferencial alíquota (adicional do IRPJ)	-	24
Imposto de renda - incentivo fiscal - PAT	-	51
IRPJ e CSLL no resultado	6.695	(2.132)
Alíquota efetiva	(53%)	25%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(2.813)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.695	681
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>6.695</u>	<u>(2.132)</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.662)	8.401
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	4.645	(2.857)
Adições/exclusões permanentes	(62)	(620)
Resultado de Equivalência Patrimonial	63	(68)
Juros sobre capital próprio	1.360	1.338
Lucro presumido da controlada Priner Locação	253	-
Diferencial alíquota (adicional do IRPJ)	10	24
Imposto de renda - incentivo fiscal - PAT	5	51
IRPJ e CSLL no resultado	6.274	(2.132)
Alíquota efetiva	(46%)	25%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(947)	(2.813)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.221	681
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>6.274</u>	<u>(2.132)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	Controladora	
	2017	2016
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição da Priner)	2.115	7.254
Ônus fiscal da compra vantajosa (aquisição da Priner)	(637)	(1.274)
Ganho por compra vantajosa (aquisição Smartcoat)	(2.391)	-
Prejuízo Fiscal	23.905	-
Provisão para riscos trabalhistas	1.685	634
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.848	8.833
Swap	272	269
Inst. Derivativo Opções compra/venda	1.823	-
Plano de opções de ações	81	771
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	354	276
Taxa de serviço estadual do Rio de Janeiro - Exigibilidade suspensa	-	137
Provisões de custos e despesas	69	533
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	37.124	17.433
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	12.622	5.927

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição da Priner)	2.115	7.254
Ônus fiscal da compra vantajosa (aquisição da Priner)	(637)	(1.274)
Ganho por compra vantajosa (aquisição Smartcoat)	(2.391)	-
Prejuízo Fiscal	23.905	-
Provisão para riscos trabalhistas	2.044	634
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	20.004	8.833
Swap	272	269
Inst. Derivativo Opções compra/venda aquisição da R&R e Smartcoat	1.823	-
Plano de opções de ações	81	771
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	354	276
Taxa de serviço estadual do Rio de Janeiro - Exigibilidade suspensa	-	137
Provisões de custos e despesas	69	533
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	47.639	17.433
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	16.197	5.927

Descrição	31/12/2017	Data da aquisição
Mais valia aquisição Smartcoat	20.070	21.882
Provisão / Contingência aquisição Smartcoat	(3.384)	(4.219)
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	16.686	17.663
Total do imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(5.673)	(6.005)

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS e COFINS	982	1.566	1.153	1.566
ISS	954	1.159	1.269	1.159
ICMS	625	179	631	179
Taxa de serv Estadual RJ	-	137	-	137
Impostos retidos	124	148	141	148
Outros	9	2	9	2
	<u>2.694</u>	<u>3.191</u>	<u>3.203</u>	<u>3.191</u>

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1. Participação nos lucros a pagar

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante a ser pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101 e com o estatuto social da Companhia.

Tal cálculo se baseia no EVA (Economic Value Added) da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado do EVA da Companhia foi negativo, não ensejando o reconhecimento de participação nos lucros a pagar.

16.2. Plano de opção de compra de ações

A Assembleia Geral e administrados pelo Conselho de Administração, aprovaram três planos de opções de ações.

O objetivo dos planos é permitir que os participantes, sujeito a determinadas condições, adquiram ações representativas do capital social da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; (c) motivar os Participantes a tomarem decisões visando sempre o desenvolvimento lucrativo dos negócios da Priner e, conseqüentemente, estimular o aumento patrimonial da Companhia, a longo prazo; (d) premiar os Participantes da Companhia proporcionalmente aos ganhos patrimoniais que a Priner venha a obter em decorrência de suas decisões, ajudando-os a se tornarem detentores de Ações Ordinárias; e (e) atrair e manter os Participantes a ela vinculados.

Planos	Aprovação	Data outorga	Data aditivo	Data final de exercício	Ações em milhares		
					Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
1º plano	Assembleia Geral em 01/12/2014	01/12/2014	15/12/2017	31/12/2019	4.622	-	4.622
2º plano	Assembleia Geral em 28/04/2016	28/04/2016	05/12/2016	31/12/2017	1.263	(1.263)	-
3º plano	Assembleia Geral em 15/12/2017	15/12/2017	-	31/12/2019	558	-	558

O 1º plano de ações, outorgado em 2014, definiu o montante máximo de 5% das ações ordinárias da Companhia, cujo preço unitário é de R\$0,5160, sem correção por qualquer índice. De acordo com o plano, o exercício das opções seria possível nos meses de maio dos anos de 2016, 2017 e 2018, embora as opções pudessem ser exercidas na primeira data de exercício, sendo esta uma decisão do beneficiário. Entretanto, em 05 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a postergação do prazo para o exercício parcial mínimo das opções pelos beneficiários, podendo os beneficiários exercê-las em períodos de exercícios subsequentes, a saber: 01/05/2017 a 31/05/2017 ou 01/05/2018 a 31/05/2018.

Em 15/12/2017, a Companhia reformulou o Primeiro Plano, aprovado na AGE de 15/12/2017, prorrogando o prazo final para o exercício de até 100% (cem por cento) das opções outorgadas aos participantes, podendo parte ou a totalidade das opções serem exercidas pelos beneficiários entre 01/05/2018 a 31/05/2018 e de 01/12/2019 a 31/12/2019 e o preço de opção foi repactuado da seguinte forma: (i) caso exercida até 31/05/2018, será mantido o preço de opção de R\$0,5160 por ação, sem correção por qualquer índice, (ii) caso exercidas após 31/05/2018, o preço de opção corresponderá a R\$0,5160 por ação, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31/05/2018 e a data do exercício.

No 2º plano, outorgado em 2016, o preço unitário de exercício é de R\$0,01 sem qualquer correção por qualquer índice. O período do exercício nos termos do 2º plano, aprovado em 28/04/2016, que era de 01/01/2019 até 30/06/2019, foi alterado em 05 de dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração, definindo 50% das opções para o período de 01/12/2016 a 31/12/2016 e o saldo remanescente de 50% para o período de 01/12/2017 a 31/12/2017. Em razão desta alteração, foi aprovada minuta do primeiro aditivo ao Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias.

Em dezembro de 2016, foram exercidas 50% das opções, que correspondem a 631.303 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e três) ações ordinárias de emissão da Companhia e em dezembro de 2017, foram exercidas os 50% restante das opções, que correspondem a 631.304 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2017 aprovou o documento intitulado "Terceiro Plano" de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias e a Reunião de Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2017 autorizou a celebração do Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias.

O 3º plano, outorgado em 2017, definiu o montante de 558.462 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e duas) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, cujo preço unitário de exercício é de R\$1,028, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 01/01/2017. O Outorgado poderá adquirir parte ou a totalidades das Ações Ordinárias entre 01 a 31 de dezembro de 2019, através do exercício, parcial ou total.

Para determinação do valor justo de opções concedidas nos dois planos vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi contratada consultoria independente e utilizou-se a metodologia Black, Scholes & Merton (BSM).

Para a aplicação dessa metodologia foram consideradas as seguintes premissas:

1º plano - 2014

Cálculo de BSM - Opção de compra

Lote	Na data da Outorga			Na data do Aditivo	
	1º	2º	3º	Antes	Depois
Valor da ação	0,562	0,562	0,562	1,056	1,056
Preço de exercício	0,516	0,516	0,516	0,516	0,549
Taxa livre de risco	13,03%	12,86%	12,71%	6,74%	9,33%
Volatilidade anual	34,20%	34,20%	34,20%	24,04%	24,04%
Tempo de exercício	1,5	2,5	3,5	0,46	2,04
Taxa de dividendos	3,98%	3,98%	3,98%	4,04%	4,04%
R\$ por opção	0,14	0,17	0,19	0,54	0,52
Quantidade de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576	4.622.278	4.622.278
Montante - R\$	213.549	259.310	298.599	2.481.275	2.406.216
Montante total - R\$	771.458				
Valor justo médio R\$/opção	0,17				
Vida das opções em anos	0,42	1,42	2,42		

2º plano - 2016

Cálculo de BSM - Opção de compra

Lote	1º	2º
Valor da ação	1,180	1,180
Preço de exercício	0,010	0,010
Taxa livre de risco	13,63%	12,04%
Volatilidade anual	26,74%	26,74%
Tempo de exercício	0,06	1,06
Taxa de dividendos	2,72%	2,72%
R\$ por opção	1,1600	1,1300
Quantidade de opções	631.303	631.304
Montante - R\$	732.311	713.374
Montante total - R\$	732.311	713.374
Valor justo médio R\$/opção	1,16	1,13
Vida das opções em anos	1	1

3º plano - 2017

Cálculo de BSM - opção de compra

Lote	1º
Valor da ação	1,056
Preço do exercício	1,143
Taxa livre de risco	9,33%
Volatilidade anual	24,04%
Tempo de exercício	2,04
Taxa de dividendos	4,04%
R\$ por opção	0,145
Quantidade de opções	558.462
Montante - R\$	81.222

A tabela a seguir apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos no resultado.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
1º plano:		
Reserva de Capital	771	771
Número de opções a exercer (milhares)	4.622	4.622
Número de ações exercidas (milhares)	-	-
2º plano:		
Reserva de Capital	1.446	784
Número de opções a exercer (milhares)	-	632
Número de ações exercidas (milhares)	632	-
3º plano:		
Reserva de Capital	81	-
Número de opções a exercer (milhares)	558	-
Número de ações exercidas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio acumulado	2.298	1.555
Efeito no resultado acumulado do resultado	(743)	(380)

17. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO SOCIETÁRIA

Representa a obrigação pela compra da unidade de negócio de serviços industriais da Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A. e da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (Mills S.A.).

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados abaixo (controladora e consolidado):

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A	10.516	-	10.516	-
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia	-	22.558	-	22.558
	<u>10.516</u>	<u>22.558</u>	<u>10.516</u>	<u>22.558</u>
Circulante	5.904	-	5.904	-
Não circulante	4.612	-	4.612	-

As parcelas a vencer em 31 de dezembro de 2017 são remuneradas pela taxa de 95% CDI com vencimento final em julho de 2020.

18. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia tem passivos contingentes, de naturezas trabalhistas, relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Estimativa de perda	2017					2016
	Controladora	Priner Locação	Smartcoat	Smartcoat (*)	Posição consolidada	Controladora
Prováveis	1.685	61	359	-	2.105	634
Possíveis	2.470	131	246	-	2.847	3.487

Priner Serviços Industriais S.A.

(*) Combinação de negócios- passivos contingentes

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados conforme detalhado a seguir.

A operação da Companhia representava uma unidade de negócio (serviços industriais) da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e, por força do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, foi acordado que: (i) a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia é a responsável por todos os processos trabalhistas relativos ao período de atuação até maio de 2013, inclusive (ii) A Priner é responsável pelos processos à partir de junho de 2013 e, (iii) em caso de atuação em ambas as empresas, é necessário efetuar rateio das obrigações das partes, apurando-se os valores proporcionais a cada período.

A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, constitui provisão para riscos com processos trabalhistas, considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo na controladora é de R\$1.685 (R\$634 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente a Companhia tem ações de natureza trabalhista, no montante de R\$2.470 (R\$3.487 em 31 de dezembro de 2016), envolvendo riscos classificados pela Administração como de perdas possíveis, para os quais não há provisão constituída.

A maioria das ações são reclamações trabalhistas por indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, acúmulo de função, restabelecimento do plano de saúde e alimentação, adicional de insalubridade, pedido de horas extras, equiparação salarial, seus reflexos e respectivos encargos, além de 4 autos de infração lavrados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista, que somam o valor justo de R\$3.384 na data da combinação de negócios.

Não há registro de ações ou processos cíveis contra a Companhia.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados ou a serem divulgados.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(i) Capital Subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 é representado pelo valor de R\$41.867 (31 de dezembro de 2016 - R\$41.861) dividido em 93.708 mil (31 de dezembro de 2016 - 93.077 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 6.443.354 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e noventa e dois) ações, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembleia Geral.

Segue abaixo a composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Acionistas	2017		2016	
	Quantidade de ações	Porcentagem	Quantidade de ações	Porcentagem
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações	92.445.706	98,65%	92.445.706	99,32%
Túlio Cintra	1.262.608	1,35%	631.304	0,68%
	<u>93.708.314</u>	<u>100,00%</u>	<u>93.077.010</u>	<u>100,00%</u>

(ii) Reserva de capital

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.298 (R\$1.555 em 31 de dezembro de 2016) é a reserva referente ao plano de Opção para empregados.

(iii) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto na legislação e no Estatuto Social da Companhia, limitada a 20% do capital social. Não houve constituição de reserva no resultado findo em 31 de dezembro de 2017.

(iv) Dividendos e juros capital próprio - JCP

Conforme o Estatuto, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal. Para satisfação do dividendo mínimo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos, os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social deverão ser computados por seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte. Os mesmos serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

Cabe destacar que o acionista controlador, Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações, está isento do IRRF - Imposto de renda retido na fonte (15%) sobre os juros de capital próprio.

Os juros creditados aos acionistas, calculados nos termos da Lei 9.249/95, são registrados a débito de lucros acumulados e a crédito do passivo circulante.

A declaração de juros sobre capital próprio, foi aprovada pelo Conselho de administração em 29 de dezembro de 2017, será distribuído respeitando o limite das reservas de lucro, uma vez que o exercício apresentou prejuízo.

A declaração de juros sobre capital próprio, como parte do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2016, tendo sido homologado pela Assembleia Geral Ordinária em 31 de março de 2017, que aprovou a proposta de lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício (2016 originalmente apresentado)	(5.857)	8.223
Constituição da reserva legal	-	(411)
Base de cálculo dos dividendos e JCP	<u>(5.857)</u>	<u>7.812</u>
Dividendos obrigatórios conforme Estatuto (25% 2017 e 1% 2016)	-	78
Distribuição:		
JCP propostos para pagamento no exercício seguinte	4.000	3.936
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(8)	(4)
Dividendos Propostos para pagamento no exercício seguinte	-	64
Total JCP e dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	<u>3.992</u>	<u>3.996</u>
Dividendos e JCP por ação - R\$	0,0426	0,0429
Percentagem dividendos e JCP do exercício sobre o lucro líquido do exercício	-	49%

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação da receita líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Locação e cessão	17.267	41.133	36.221	41.133
Vendas	3.645	6.828	3.763	6.828
Serviços	187.827	176.738	220.069	176.738
Indenizações e recuperação	540	9.081	679	9.081
Total da receita bruta	<u>209.279</u>	<u>233.780</u>	<u>260.732</u>	<u>233.780</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(21.127)	(26.294)	(23.822)	(26.294)
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	<u>(391)</u>	<u>(3.374)</u>	<u>(408)</u>	<u>(3.374)</u>
Total da receita líquida	<u>187.761</u>	<u>204.112</u>	<u>236.502</u>	<u>204.112</u>

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o imobilizado da Companhia é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transportes de equipamentos entre filiais e eventualmente para os clientes, as despesas de depreciação dos equipamentos de locação e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenharia da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicações, a depreciação dos bens de uso próprio, bem como as despesas das áreas administrativas.

As composições estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora					
	2017			2016		
	Custos direto de obras e locação	Despesas gerais e administrativa	Total	Custos direto de obras e locação	Despesas gerais e administrativa	Total
Pessoal	(127.007)	(15.631)	(142.638)	(113.224)	(19.788)	(133.012)
Terceiros	(2.529)	(5.922)	(8.451)	(5.102)	(4.527)	(9.629)
Fretes	(1.467)	(12)	(1.479)	(1.871)	(46)	(1.917)
Material construção /manutenção e reparo	(14.536)	(306)	(14.842)	(14.372)	(574)	(14.946)
Aluguel	(14.902)	(610)	(15.512)	(3.944)	(1.618)	(5.562)
Viagens	(3.621)	(1.250)	(4.871)	(4.041)	(1.262)	(5.303)
Matéria prima e mercadorias adquiridas de terceiros	(2.486)	-	(2.486)	(2.122)	-	(2.122)
Depreciação e amortização	(587)	(1.700)	(2.287)	(7.854)	(2.138)	(9.992)
Baixa de ativos	(50)	(13)	(63)	(3.580)	-	(3.580)
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	-	(1.015)	(1.015)	-	(1.845)	(1.845)
Outros	(782)	(3.077)	(3.859)	(857)	(3.560)	(4.417)
	<u>(167.967)</u>	<u>(29.536)</u>	<u>(197.503)</u>	<u>(156.967)</u>	<u>(35.358)</u>	<u>(192.325)</u>

Natureza	Consolidado					
	2017			2016		
	Custos direto de obras e locação	Despesas gerais e administrativa	Total	Custos direto de obras e locação	Despesas gerais e administrativa	Total
Pessoal	(153.667)	(21.538)	(175.205)	(113.224)	(19.788)	(133.012)
Terceiros	(3.220)	(7.704)	(10.924)	(5.102)	(4.527)	(9.629)
Fretes	(2.596)	(35)	(2.631)	(1.871)	(46)	(1.917)
Material construção /manutenção e reparo	(20.522)	(784)	(21.306)	(14.372)	(574)	(14.946)
Aluguel	(4.128)	(1.763)	(5.891)	(3.944)	(1.618)	(5.562)
Viagens	(5.147)	(1.475)	(6.622)	(4.041)	(1.262)	(5.303)
Matéria prima e mercadorias adquiridas de terceiros	(2.367)	-	(2.367)	(2.122)	-	(2.122)
Depreciação e amortização	(9.868)	(2.336)	(12.204)	(7.854)	(2.138)	(9.992)
Baixa de ativos	(353)	(13)	(366)	(3.580)	-	(3.580)
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	-	(1.356)	(1.356)	-	(1.845)	(1.845)
Outros	(1.231)	(4.112)	(5.343)	(857)	(3.721)	(4.578)
	<u>(203.099)</u>	<u>(41.116)</u>	<u>(244.215)</u>	<u>(156.967)</u>	<u>(35.519)</u>	<u>(192.486)</u>

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de aplicação financeira	1.001	2.656	1.175	2.656
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	361	1.192	811	1.192
Variação cambial e monetária ativa	321	391	321	391
Descontos obtidos	69	77	76	77
Outras	19	2	-	2
	<u>1.771</u>	<u>4.318</u>	<u>2.383</u>	<u>4.318</u>

b) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros de empréstimos	(3.388)	(1.576)	(3.512)	(1.576)
Variação cambial e monetária passiva	(2.890)	(4.002)	(2.890)	(4.002)
IOF	(703)	(264)	(739)	(264)
Tarifas bancárias	(657)	(225)	(714)	(225)
Swap	(67)	(859)	(67)	(859)
Juros s/títulos em atraso	(46)	(175)	(491)	(175)
Descontos concedidos	(2)	(183)	(2)	(183)
Juros s/contrato de mútuo	(2)	-	-	-
Outras	(147)	(219)	(103)	(219)
	<u>(7.902)</u>	<u>(7.503)</u>	<u>(8.518)</u>	<u>(7.503)</u>

23. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o resultado.

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(5.857)	6.269
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	93.708	93.077
Lucro (prejuízo) básico por ação por lote de mil ações - R\$	<u>(62,50)</u>	<u>67,35</u>

b) Diluído

O lucro diluído por ação calculado com base no lucro atribuído aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

	2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	6.269
Quantidade média ponderada de ações no final do resultado (em milhares)	92.446
Ajuste de opções de compra de ações (milhares)	5.253
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	<u>97.699</u>
Lucro diluído por ação por lote de mil ações - R\$ (*)	<u>64,17</u>

(*) Resultado por ação diluído igual ao resultado básico por ação quando for apurado prejuízo no resultado de reporte. Em 2017 apresentado prejuízo.

24. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes: serviços e locação. Os mesmos possuem características completamente distintas, conforme descrito abaixo.

A fim de separar as duas atividades, em 18 de março de 2016, a Companhia constituiu uma nova sociedade, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A. Em 18 de outubro de 2016, houve aumento de capital na sociedade, no valor de R\$200, integralizado em moeda nacional, com a emissão de 200 mil ações ordinárias, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada.

A Companhia presta diversos serviços para a indústria, a saber: acesso (andaimos tradicionais, andaimos suspensos e escaldores), tratamento de superfícies e pintura industrial e isolamento térmico, acústico e corta-fogo. Além da prestação de serviços, a Companhia providencia locação de equipamentos de acesso e habitáculos pressurizados.

Nas demonstrações do resultado por segmento de negócio divulgadas abaixo, as receitas e custos referentes à cessão de equipamentos foram alocadas ao segmento de Serviços. Isso se justifica pelo fato dos contratos celebrados nos anos de 2014, 2015 e 2016, antes da criação da controlada Priner Locação de Equipamentos S.A., terem sido negociados simultaneamente.

A representatividade individual dos clientes que tiveram participação superior a 10% do faturamento está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Cliente A	32,02%	26,98%
Cliente B	14,01%	10,68%

Segmento de negócio: prestação de serviços

A atividade de prestação de serviços é intensa na utilização de mão de obra, sendo esse seu principal componente de custo. Os serviços prestados compreendem disciplinas de acesso, tratamento de superfície e pintura industrial, instalação de isolamento térmico, acústico e corta-fogo. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, fornecendo soluções práticas e econômicas para nossos clientes. O know-how dominado por nossa equipe de engenheiros e técnicos especializados, que se traduz na qualidade de nossos serviços e em nossa capacidade para mobilizar equipe de prestadores de serviços com rapidez e agilidade em todo o território brasileiro é diferencial competitivo, o qual é valorizado por nossos clientes.

Segmento de negócio: locação de equipamentos

A atividade de locação de equipamentos é intensa na aplicação de capital. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, através da locação de equipamentos de acesso e fornecimento de habitáculos pressurizados. As atividades de logística, manutenção e pesquisa e desenvolvimento de novos equipamentos exige conhecimentos técnicos específicos, a fim de oferecermos opções atualizadas para nossos clientes.

A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou prejuízo bruto e operacional, além de outros indicadores econômicos e financeiros e indicadores operacionais específicos para cada um dos segmentos. A tabela a seguir demonstra os principais indicadores utilizados:

Descrição	Prestação de Serviços	Locação	Consolidado
Receita per capita	SIM	NÃO	SIM
Custos dos produtos/serviços vendidos per capita	SIM	NÃO	SIM
Lucro Bruto e Margem Bruta	SIM	SIM	SIM
Lucro Operacional e Margem Operacional	SIM	SIM	SIM
Lucro Líquido e Margem Líquida	SIM	SIM	SIM
EBITDA e Margem EBITDA	SIM	SIM	SIM
ROIC - Retorno sobre o Capital Investido	SIM	SIM	SIM
ROE - Resultado sobre o Patrimônio Líquido	SIM	SIM	SIM
Dívida Líquida/EBITDA 12 meses	NÃO	NÃO	SIM

Ativo por segmento de negócio – Consolidado

	Locação		Serviços		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	351	201	293	11.862	644	12.063
Títulos e Valores Mobiliários	1.743	-	121	-	1.864	-
Contas a receber	5.742	6.294	62.248	49.836	67.990	56.130
Tributos	3	405	24.807	9.323	24.810	9.728
Outros ativos	49	57	20.880	2.315	20.929	2.372
	7.888	6.957	108.349	73.336	116.237	80.293
Imobilizado						
Custo de aquisição	82.578	75.276	55.443	17.145	138.021	92.421
(-) Depreciação acumulada	(48.566)	(41.202)	(23.286)	(9.947)	(71.852)	(51.149)
	34.012	34.074	32.157	7.198	66.169	41.272
Ativo Total	41.900	41.031	140.506	80.534	182.406	121.565

Demonstração do resultado por segmento de negócio – Consolidado

	Locação		Serviços		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Líquida dos produtos vendidos, locados e serviços prestados	34.882	21.740	201.620	182.372	236.502	204.112
Custo dos produtos vendidos, locados e serviços prestados	(11.996)	(8.399)	(191.103)	(148.568)	(203.099)	(156.967)
Lucro Bruto	22.886	13.341	10.517	33.804	33.403	47.145
Despesas Operacionais						
Gerais e Administrativas	(6.976)	(5.257)	(34.140)	(30.262)	(41.116)	(35.519)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	186	(40)	186	(40)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	15.910	8.084	(23.437)	3.502	(7.527)	11.586
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(25)	(459)	(8.493)	(7.044)	(8.518)	(7.503)
Receitas Financeiras	171	127	2.212	4.191	2.383	4.318
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	16.056	7.752	(29.718)	649	(13.662)	8.401
Correntes	(3.598)	(1.919)	2.651	(893)	(947)	(2.812)
Diferidos	-	-	7.221	680	7.221	680
Lucro Líquido do Exercício	12.458	5.833	(19.846)	436	(7.388)	6.269

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	258	12.018	644	12.063
Títulos e Valores Mobiliários	121	-	1.864	-
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	45.882	56.130	67.989	56.130
Outros créditos a receber - partes relacionadas	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	55.950	16.678	65.176	16.678
Contas a pagar por aquisição societária	10.516	22.558	10.516	22.558
Contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas	9.609	5.106	9.932	5.113
Ativos financeiros derivativos	1.923	-	1.923	-
Passivos financeiros derivativo - Swap	(336)	(269)	(336)	(269)
Passivos financeiros derivativos	(4.068)	-	(4.068)	-

25.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, exceto as opções de compra e venda relacionadas à combinação de negócios ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (vide nota explicativa 7.3 e 7.4), ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	Controladora				Consolidado				Nível
	2017	Valor Justo	2016	Valor Justo	2017	Valor Justo	2016	Valor Justo	
Ativos (Passivos) financeiros									
derivativos - Swap	(336)	-	(269)	(269)	(336)	-	(269)	(269)	2
Ativos financeiros derivativos	1.923	-	-	-	1.923	-	-	-	2
Passivos financeiros derivativos	(4.068)	-	-	-	(4.068)	-	-	-	2
Total dos ativos (passivos)	(2.481)	-	(269)	(269)	(2.481)	-	(269)	(269)	

- (a) Valor justo das contas a receber e dos fornecedores (incluindo partes relacionadas)

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

- (b) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia julga que os empréstimos e financiamentos reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos seus valores de mercado.

(c) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos a serem realizados são avaliados pela tesouraria e diretoria financeira, antes das assinaturas, para estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram identificados derivativos embutidos nos contratos firmados pela Companhia.

Na aquisição de 51% da empresa R&R Indústria, Comércio, e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., existem opções de compra e de venda das quotas remanescentes (49%), devidamente registrados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente.

Na aquisição de 75% da empresa Smartcoat Engenharia em Revestimentos, existem opções de compra e de venda das quotas remanescentes (25%), devidamente registrados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente.

25.3. Instrumento financeiro derivativo - SWAP

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam seu resultado operacional, visto que, a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela tesouraria e diretoria financeira, que avaliam as possíveis exposições a riscos cambiais e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar os riscos em questão.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição.

E com o objetivo de reduzir suas despesas financeiras, tendo em vista as previsões de queda do CDI, a Companhia contratou uma outra modalidade de derivativo para troca de taxas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui derivativo (Swap) para proteção contra variação cambial, substituindo custos de financiamentos em dólar, conforme abaixo:

- Banco Itaú - U\$\$ + 5,27% a.a. por CDI + 3,95%. O empréstimo, no valor de R\$15.000 foi contratado em 27 de julho de 2017 e o contrato swap foi celebrado na mesma data, com vencimento em 27 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, o swap apresentava valor justo de (R\$336).

O monitoramento dos compromissos assumidos com derivativos permite acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa e resultados, bem como garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor das posições é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

25.4. Análise de sensibilidade

Segue quadro com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, o qual demonstra os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) e cenários de stress. Essa análise demonstra os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras contendo tal análise.

Instrumentos Financeiros	Indexador	Controladora			Consolidado		
		Mensuração dos riscos			Mensuração dos riscos		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras	CDI	8	10	12	122	122	122
Empréstimos	CDI	(3.654)	(4.567)	(5.480)	(4.256)	(5.320)	(6.384)
Contas a pagar por aquisição societária	CDI	(687)	(858)	(1.030)	(687)	(858)	(1.030)
Total		<u>(4.332)</u>	<u>(5.415)</u>	<u>(6.498)</u>	<u>(4.821)</u>	<u>(6.057)</u>	<u>(7.292)</u>

A análise de sensibilidade apresentada simula alterações na variável chave "CDI" (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (CDI), respectivamente.

	2017		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aumento na variável chave em comparação ao cenário I		25%	50%
CDI (variável chave)	6,53%	8,16%	9,80%

Com relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 6,75%, considerando taxa média anual prevista pelo relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 16 de março de 2018.

25.5. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a mensuração das dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais deverão ser liquidados com pagamentos à vista e/ou com outros ativos financeiros. A abordagem da Administração na administração de liquidez é de garantir, no máximo grau possível, que a Companhia possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nas datas dos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia.

Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um total de R\$ 4.500 disponíveis em linhas de crédito aprovadas e não utilizadas, das quais R\$ 1.500 com o banco Itaú, R\$3.000 com o banco Pine.

A tabela abaixo analisa os principais ativos e passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Controladora				
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>					
Outros créditos a receber - partes relacionadas	-	737	-	-	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(2.665)	(6.597)	(29.602)	(19.588)	(1.744)
Instrumentos financeiros (swap)	-	(29)	(135)	(195)	(20)
Contas a Pagar por Aquisição Societária	(155)	(313)	(5.734)	(2.692)	(2.574)
Fornecedores e partes relacionadas	(8.932)	(677)	-	-	-
Total por período	<u>(11.752)</u>	<u>(6.879)</u>	<u>(35.471)</u>	<u>(22.475)</u>	<u>(4.338)</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>					
Empréstimos e financiamentos bancários	(1.538)	(2.360)	(12.194)	(1.962)	(250)
Instrumentos financeiros (swap)	-	(70)	(224)	-	-
Contas a Pagar por Aquisição Societária	-	-	(24.131)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(5.106)	-	-	-	-
Total por período	<u>(6.644)</u>	<u>(2.430)</u>	<u>(36.549)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>(250)</u>
	Consolidado				
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>					
Empréstimos e financiamentos bancários	(3.823)	(7.617)	(34.500)	(19.588)	(1.744)
Instrumentos financeiros (swap)	-	(29)	(135)	(195)	(20)
Contas a Pagar por Aquisição Societária	(155)	(313)	(5.734)	(2.692)	(2.574)
Fornecedores e partes relacionadas	(9.255)	(677)	-	-	-
Total por período	<u>(13.233)</u>	<u>(8.636)</u>	<u>(40.369)</u>	<u>(22.475)</u>	<u>(4.338)</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>					
Empréstimos e financiamentos bancários	(1.538)	(2.360)	(12.194)	(1.962)	(251)
Instrumentos financeiros (swap)	-	(70)	(224)	-	-
Contas a Pagar por Aquisição Societária	-	-	(24.131)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(5.113)	-	-	-	-
Total por período	<u>(6.651)</u>	<u>(2.430)</u>	<u>(36.549)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>(251)</u>

25.6. Gestão de Capital

O objetivo da gestão da estrutura de capital desejável da Companhia é proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas.

A Companhia utiliza como principal indicador para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o seu patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Dívida bancária total (curto e longo prazo)	56.286	16.679	65.512	16.679
Dívida da aquisição (curto e longo prazo)	10.516	22.558	10.516	22.558
Caixa e equivalente de caixa	258	12.018	644	12.063
Títulos e valores mobiliários	121	-	1.864	-
Endividamento Líquido	66.423	27.219	73.520	27.174
Patrimônio líquido	46.618	55.790	54.774	55.790
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	1,42	0,49	1,34	0,49

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

26. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir.

Natureza dos seguros	Importância segurada (em milhares)
Responsabilidade civil para gestores e conselheiros	10.000
Responsabilidade civil geral	10.000
Erros e omissões - Falhas profissionais	1.500
Patrimonial	7.887
Veículos (Somente RCF)	300 (LMI) e 100% tabela Fipe para alguns itens
Risco de Petróleo	US\$ 1.000

As apólices de seguros foram contratadas em 30 de novembro de 2017 e são válidas até 30 de novembro de 2018, abrangendo as Priner Locação, Smartcoat e R&R nas modalidades aplicáveis a cada uma das empresas, conforme abaixo.

Priner Serviços - todas as apólices acima;

Priner Locação - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e patrimonial;

Smartcoat - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e veículos. Será incluída na apólice patrimonial no vencimento da sua apólice atual em julho de 2018.

R&R - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG).

A apólice referente a Risco de Petróleo foi contratada para atender a exigências de um contrato com cliente. A vigência desta apólice é de 22 de agosto de 2017 a 22 de agosto de 2018.

A seguir demonstramos os contratos de seguros vigentes na investida Smartcoat.

Natureza dos seguros	Importância seguradas (em milhares)
Garantia (a)	R\$ 734
Empresarial (b)	R\$ 7.000
Risco de Petróleo (c)	US\$ 15.412

(a) Apólice contratada para garantir a performance de um contrato. Vigência de 27 de março de 2017 a 07 de julho de 2018.

(b) Vigência de 14 de julho de 2017 a 14 de julho de 2018. Essa apólice não será renovada. O local será incluído na apólice da Priner.

(c) Apólice contratada para atender a exigências de um contrato. Vigência de 01 de março de 2017 a 01 de março de 2018.

A Investida R&R possui sua própria apólice Patrimonial, pois trata-se de indústria e se enquadra em outro tipo de cobertura. Importância segurada (em milhares) de R\$670.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava saldo na controladora de R\$465 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2016) a pagar referente a aquisições de imobilizado e intangível. Tais aquisições não envolveram caixa e, conseqüentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava saldo no consolidado de R\$2.047 (R\$186 em 31 de dezembro de 2016) a pagar referente a aquisições de imobilizado e intangível. Tais aquisições não envolveram caixa e, conseqüentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Em 09 de janeiro de 2017, a Companhia transferiu para sua subsidiária Priner Locação de Equipamentos S.A. ativos no montante de R\$34.056 conforme tabela abaixo:

Ativos transferidos	Valor
Equipamentos de locação e uso operacional	33.894
Equipamentos de locação	33.330
Máquinas, acessórios e equipamentos	564
Bens de uso	162
Computadores e periféricos	6
Terrenos	61
Ferramentas e gabaritos	42
Máquinas e equipamentos	16
Móveis e utensílios	37
Total transferido	34.056

Além das transações acima, que não envolvem caixa, devem ser consideradas os saldos oriundos das combinações de negócios (aquisição de participação societária nas investidas R&R e Smartcoat), ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgados nas notas explicativas nº 7.3 e 7.4.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Operações Financeiras

- Em 05 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo no Banco Itaú com pagamento em uma única parcela em 180 dias, a uma taxa de CDI+ 3,90% a.a., no montante de R\$1.500 com vencimento em agosto de 2018.
 - Em 09 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo no Banco ABC com pagamento em 24 parcelas mensais com carências de 2 meses de principal, a uma taxa de CDI+ 3,95% a.a., no montante de R\$2.000 com vencimento em janeiro de 2020.
 - Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo (Mutuo) com Tulio Cintra, acionista da companhia, com prazo de 12 meses, com pagamento em uma única PMT, a uma taxa de CDI+ 5,00 % a.a., no montante de R\$750 com vencimento em fevereiro de 2019.
 - Em 23 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo no Banco Pine com pagamento em 18 parcelas mensais com carências de 6 meses de principal, a uma taxa de CDI+ 5,28 % a.a., no montante de R\$3.000 com vencimento em agosto de 2019.
 - Em 28 de fevereiro de 2018, a Controlada Priner Locação contraiu empréstimo (Mutuo) com a Priner Serviços no montante de R\$ 97,5 e liquidou no dia 02 de março de 2018.
 - Em 05 de março de 2018, a Companhia contratou empréstimo (Mutuo) com Roberto Carmelo de Oliveira, membro do conselho administrativo da Companhia, com prazo de 24 meses, com pagamento em uma única PMT, a uma taxa de CDI+ 6,00 % a.a., no montante de R\$500 com vencimento em março de 2020.
 - Em 06 de março de 2018, a Controlada Smartcoat contratou empréstimo (Mutuo) com Luiz Antônio Angélica, sócio da Smartcoat, com prazo de 24 meses, com pagamento em uma única PMT, a uma taxa de CDI+ 6,00 % a.a., no montante de R\$1.000 com vencimento em março de 2020.
 - Em 16 de março de 2018, a Companhia contratou empréstimo (Mutuo) com Tulio Cintra (acionista) com prazo de 12 meses, com pagamento em uma única PMT, a uma taxa de CDI+ 5,00 % a.a., no montante de R\$ 650 com vencimento em março de 2019.
 - Em 20 de março de 2018, a Companhia contraiu empréstimo (Mutuo) com a controlada Priner Locação no montante de R\$ 1.240 que ainda não foi liquidado.
 - Em 26 de março de 2018, a Companhia contratou empréstimo no Banco BBM com pagamento em uma única parcela, a uma taxa de CDI+ 4,5% a.a., no montante de R\$ 500 com vencimento em 26 de abril de 2018.
 - Em 27 de março de 2018, a Companhia contratou empréstimo (Mutuo) com Tulio Cintra (acionista) com prazo de 12 meses, com pagamento em uma única PMT, a uma taxa de CDI+ 5,00 % a.a., no montante de R\$ 100 com vencimento em março de 2019.
 - Em 28 de março de 2018, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Modal com pagamento em uma única PMT a uma taxa de CDI+ 5% a.a. no montante de R\$ 4.121M. Se trata de empréstimo ponte para um futuro aporte de capital, previsto para o mês de abril de 2018.
-